



# Anais da Assembléia

Nº 101

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB** - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 75ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1995**  
**(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Queremos anunciar e destacar a presença do ex-Presidente desta Casa, Deputado Nilso Sguarezi.

Em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Estamos em três aqui no Plenário e é visível a falta de quórum.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos

Srs. Deputados)

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, considerando que os Srs. Deputados estão chegando, pedimos a suspensão da verificação.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Solicitamos ao Sr. 2º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofícios:**

**CARTA DA AVEMPAR**  
**Associação dos Vereadores do**  
**Médio Paranapanema**

Exmo. Sr. Dr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A Associação dos Vereadores do Médio Paranapanema - AVEMPAR, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Ibiaporã, Estado do Paraná, neste representada por seu Presidente e demais membros da Mesa Executiva, vem respeitosamente à presença de V. Exa. e ao final requerer o seguinte:

1) Considerando que atualmente, conforme a Lei Complementar nº 56, de 19 de fevereiro de 1991, para a criação de novos Municípios basta ao Distrito interessado na transformação ter pelo menos cinco mil habitantes, eleitorado não inferior a 20% da população e centro urbano já constituído com número de casas superior a cem;

2) Considerando o grande número de projetos de emancipação para criação de novos municípios em tramitação perante esta egrégia Casa de Leis;

3) Considerando que as emancipações estão correndo de forma indiscriminada e sem critérios técnicos e políticos definidos, esta entidade, em reunião ordinária realizada em 12 de agosto de 1995, na cidade de Lupionópolis, por unanimidade, extraiu a "Carta da AVEMPAR", onde foram aprovados e estabelecidos pelos Vereadores os seguintes pontos para a efetiva criação de novos Municípios:

I - definição específica da área territorial urbana e rural do distrito;

II - potencial de arrecadação direta (tributos municipais) e indireta (ICMS e FPM);

III - número de habitantes e de eleitores coerentes e condizentes com a realidade municipal;

IV - infraestrutura mínima como água,

energia elétrica, unidades escolares e de saúde preventiva, curativa, prédios públicos (Prefeitura, Câmara Municipal e Segurança Pública);

V - número mínimo de estabelecimentos comerciais, industriais e de propriedades agrícolas;

VI - prazo para consolidação do Município, sob pena de extinção do pleito;

VII - prazo para reapresentação do projeto de emancipação na Assembleia caso este não tenha sido aprovado anteriormente;

VIII - o efetivo cumprimento da lei que rege a criação de novos municípios.

Diante do exposto, requer se digne V. Exa., em apresentar Projeto de Lei Complementar introduzindo alterações na Lei Complementar n° 56, de 18 de fevereiro de 1991, que dispõe sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, contemplando as sugestões acima elencadas, extraídas que foram da "Carta da AVEMPAR", aprovada por unanimidade pelos Vereadores que a representam, o que reflete a vontade da população dos Municípios do Médio Paranapanema.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 23.08.95

(aa) LUIZ KARIMATA - Presidente

ALEX CANZIANI - 1° vice-Presidente

PEDRO ALEXANDRINO DA SILVEIRA

2° vice-Presidente

CÍCERO APARECIDO TEIXEIRA - 1° Secretário

LUIZ EUFRÁSIO FÁVERO - 2° Secretário

PEDRO CAMARGO - 1° Tesoureiro

LUIZ ALBERTO DA SILVA - 2° Tesoureiro

Com cópias para: S. Exa. o Governador do Estado; S. Exa. o Prefeito de Curitiba; S. Exa. o Presidente da Câmara Municipal de Curitiba; S. Exa. o Presidente da Câmara dos Deputados; S. Exa. o Presidente do Senado Federal; Ss. Exas. os Deputados Federais e Estaduais eleitos pelo Estado do Paraná; Dirigentes das Associações de Vereadores do Paraná e da União dos Vereadores do Paraná - UVEPAR; Prefeitos da Associação dos Municípios do Médio Paranapanema-AMEPAR e S. Exa. o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná (AMP).

OFÍCIO N° 078/95

Curitiba, 23.08.95

Senhor Presidente.

Este tem a finalidade de justificar nossa ausência na Sessão Plenária do dia de hoje em função de estarmos participando da Conferência Municipal de Saúde de Boa Esperança do Iguaçu, no interior do Estado do Paraná.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos para renovar protestos de consideração.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 23.08.95

(a) DOUTOR ROSINHA

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 2360

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.08.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

##### REQUERIMENTO N° 2373

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada, por 10 (dez) sessões, do item 04, Projeto de Lei n° 107/95, da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 23.08.95

(a) ALGACI TÚLIO

##### REQUERIMENTO N° 2380

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei n° 129/95, e posterior remessa à Comissão de Constituição e Justiça para que o mesmo seja submetido a novo parecer.

Sala das Sessões, em 23.08.95

(aa) ORLANDO PESSUTI

CEZAR SILVESTRI

NEREU ALVES DE MOURA

Apoiamento: Toti Colaço.

##### REQUERIMENTO N° 2361

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja convidado o Diretor Geral do Hospital de Clínicas do Paraná, Dr. Mário Sérgio, para aqui nesta Casa, expor aos nobres Parlamentares sobre a situação do Hospital de Clínicas e campanha "Amigos do H. C.".

O requerimento em questão dá-se ao fato de que faço parte do Conselho Superior dos Amigos do H. C..

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(a) JOÃO TECHY

Apoiamento: Luiz Accorsi.

##### REQUERIMENTO N° 2374

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas funções e atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ovídio Pessati, ocorrido ontem, dia 22/08/95, em Manoel Ribas.

Requer ainda que do presente se dê ciência à viúva, Senhora Regina Kafka Pessati, e família, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Sete de Setembro, 696, no Município de Manoel Ribas - CEP: 85260-000.

Sala das Sessões, em 23.08.95.  
(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 2375

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas funções e atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Anteogildo Carneiro de Carvalho, ocorrido no dia 21/08/95, em Manoel Ribas.

Requer ainda que do presente se dê ciência à viúva, Senhora Elza Carneiro de Carvalho, e família, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Minas Gerais s/n, Município de Manoel Ribas - CEP: 85260-000.

Sala das Sessões, em 23.08.95.  
(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 2378

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ivar Ranzi, ex-Prefeito do Município de Céu Azul.

Sala das Sessões, em 23.08.95.  
(a) SÂMIS DA SILVA

Apoiamento: Neivo Beraldin.

#### JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente o Município de Céu Azul recebeu na data de ontem a triste notícia do falecimento do seu ex-Prefeito Ivar Ranzi, vítima de acidente automobilístico.

Muito querido naquela cidade, dedicou parte da sua vida àquela população, buscando sempre ajudar os menos favorecidos.

Sempre preocupado com os problemas relacionados ao município, participava ativamente de ações e movimentos que visavam levar melhoria de qualidade de vida àquele povo.

Foi Prefeito de Céu Azul no período de 1988 a 1992.

Com uma administração austera e exemplar, conseguiu dotar o município de obras

e serviços essenciais, promovendo o desenvolvimento e progresso daquela comunidade.

Ivar Ranzi deixa uma lacuna naquela sociedade e no meio político do Oeste do Paraná que jamais será preenchida.

#### REQUERIMENTO N° 2376

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Associação Paranaense de Suinocultores - APS, alusivos à posse da nova diretoria para o biênio 95/97, ocorrida durante o XIV Encontro Paranaense de Suinocultores, no dia 12/08/95 em Francisco Beltrão.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Associação Paranaense de Suinocultores - APS, Senhor Sessuaf M. Polanski, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Parnaíba, 231, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23.08.95.  
(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 2389

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Jornal Gazeta do Povo, na pessoa do seu Diretor Presidente, Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, pelos vigorosos avanços tecnológicos em todo seu parque gráfico bem como a recente decisão da suspensão da publicação de anúncios do serviço chamado "disque sexo".

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Doutor Francisco Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 23.08.95.  
(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A Gazeta do Povo vem dando saltos vigorosos de avanço tecnológico que se revestem em uma extraordinária elevação da qualidade como jornal de informação, entretenimento e lazer. O seu parque gráfico é um dos mais modernos do País, a informatização alcança todos os setores e a produção gráfica tem-se aprimorado sobremaneira neste últimos anos.

A disponibilidade de suas informações via Internet, que acaba de ser anunciada, é mais um desses saltos de modernização, que tem um sentido transcendental. Não por ser o primeiro jornal brasileiro a ingressar na rede internacional, ao lado de grandes jornais do mundo, mas também pelo que isso representa para Curitiba e para o Paraná. Esse novo feito não apenas coloca

Curitiba, quarta, em 23.08.95

em relevo a nossa imprensa, como destaca o nosso Estado e a nossa gente.

Brasileiros e paranaenses fora de nossas fronteiras terão instantaneamente informações sobre o Paraná. Colocando-se ao par do nosso trabalho, do nosso desenvolvimento nos mais diversos segmentos. Essas mesmas informações estarão disponíveis a todos os estrangeiros, em todas as partes do mundo, que tenham acesso à Internet, dando um moderno e correto panorama do Brasil e do Paraná.

É importante destacar, por oportuno, que a Gazeta do Povo, a despeito de todo este estágio de alta modernização, tem se mantido fiel a seus princípios filosóficos e sua linha editorial, o que lhe conferiu ao longo de décadas a consagração como "jornal da família paranaense". Entre essas medidas vale lembrar a mais recente, suspendendo a publicação de anúncios do serviço chamado "disque sexo".

Pelo exposto, e por tantos outros destaques deste jornal, a sua direção e corpo de funcionários fazem-se merecedores de nosso júbilo e de nossas congratulações, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência administrativa.

#### REQUERIMENTO N° 2362

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de louvor à Associação Comercial e Industrial de Maringá - ACIM, na pessoa de seu Presidente, Dr. Pedro Grando Martines, e ao Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá - SINDVEST, na pessoa de seu Presidente, Senhor Antonio Recco, organizadores da FEIPAR Moda 95 (Feira de Integração do Paraná), pela iniciativa de implementar, profissionalizar e desenvolver a indústria têxtil paranaense, um acontecimento histórico que coloca Maringá em condições de assumir sua posição de pólo da indústria têxtil na Região.

Requer ainda, que da decisão desta Casa se dê ciência aos homenageados a Rua Néo Alves Martins, 2321 - Maringá PR - CEP: 87013-060.

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(a) JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

A FEIPAR Moda 95 (Feira de Integração do Paraná), tem como fundamentos básicos, implementar, profissionalizar e desenvolver a indústria têxtil do Paraná, com reflexos no aperfeiçoamento da sociedade, aumentando a oferta de empregos, gerando receita e contribuindo para a expansão econômica do Paraná.

Promovida pela ACIM - Associação Co-

mercial e Industrial de Maringá e, pelo Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá - SINDVEST, a feira reúne 155 expositores do Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e da Argentina, que são fornecedores para as indústrias de confecções de todo o País, cujo objetivo é ampliar suas vendas e mostrar o potencial para consolidar Maringá como pólo têxtil e de confecções.

#### REQUERIMENTO N° 2363

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando providências para recuperação das Balsas de Bananal e Presidente Kennedy, localizadas no Município de Verê, viabilizando assim, acessos existentes entre Verê e os Municípios de São João e São Jorge D'Oeste.

Do aprovado, Requer ainda, seja comunicado o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Verê.

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Verê encontra-se com seus acessos em direção aos Municípios de São Jorge D'Oeste e São João, completamente interditados, pois a travessia dos rios é feita exclusivamente pelas duas balsas que não estão operando, por apresentarem graves problemas em suas estruturas por falta de manutenção.

#### REQUERIMENTO N° 2364

Senhor Presidente.

O Deputado adiante nominado, cumpridas as exigências regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado ao Senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR - solicitando ao mesmo que informe a esta Casa, especificando mês a mês, quais os valores arrecadados no Município de Maringá, nos últimos cinco anos, a título de fornecimento de água e esgoto.

Solicita-se, outrossim, seja informado em relação ao mesmo período de tempo, quais os valores aplicados em investimentos na melhoria dos serviços de fornecimento de água e esgoto no referido município.

Os dados solicitados servirão para informar a opinião pública sobre o desempenho da SANEPAR naquela localidade, sobretudo em se revelando os bons serviços àquela coletividade.

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 2365

Senhor Presidente.

Conforme dispõe o Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Senhor Marcos Isfer, Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, solicitando ao mesmo que envie a esta Casa cópia autenticada do Estatuto da Associação dos Advogados do DETRAN/PR, bem como da legislação que autoriza o recolhimento de taxa de honorários a essa Associação em razão de serviços ou acordos efetivados com o DETRAN/PR.

Cabe destacar que as informações solicitadas serão utilizadas para esclarecimento público.

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 2366

Senhor Presidente.

Respeitadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Presidente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, solicitando ao mesmo que informe à Assembléia Legislativa sobre os motivos que vêm provocando atrasos nos pagamentos aos hospitais conveniados desse instituto de previdência, conforme inúmeras reclamações formuladas pelos usuários do sistema.

Diante dos descontos em folha de pagamento das contribuições devidas ao IPE, a falta de assistência médica aos servidores do Estado constitui um crime, porque os recursos são arrecadados e não estão sendo aplicados nas finalidades básicas que justificam a existência do referido instituto.

O caso em tela é muito claro, porque se há recursos pagos pelos servidores estaduais e não há a contrapartida dos serviços que deveriam ser oferecidos, algum problema há e deve ser detectado, porque essa situação está retirando mais uma parcela dos vencimentos dos esquecidos servidores públicos estaduais, se não bastasse a política do governo do Estado depauperando os salários menores em favor dos maiores salários.

A política de exclusão social está patente na situação relatada, razão pela qual as informações solicitadas são fundamentais para esclarecimento público.

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 2368

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja oficiado

ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, solicitando ao mesmo que informe a esta Casa quando será enviado à Assembléia o projeto já existente para a criação da Vara da Infância e Juventude de Maringá.

Segundo informações da Prefeitura do mencionado município, o projeto em questão dependeria tão somente da deliberação do Legislativo Estadual. Contudo, esse projeto ainda está nas mãos da presidência do Tribunal e ainda não foi protocolado na Assembléia.

Dessa forma, espera-se com a informação reivindicada prestar esclarecimento àquela comunidade, onde não há dúvidas sobre a relevância dessa nova estrutura para impor agilidade aos processos e, conseqüentemente, melhorar o atendimento de problemas relativos aos menores e à juventude de toda a região polarizada por Maringá.

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 2377

Senhor Presidente.

Nos termos do que prescreve a Constituição Estadual e o Regimento Interno, os adiante nominados, Deputados com assento nesta Casa, REQUEREM à Mesa, seja oficiado ao Governador do Estado, Jaime Lerner, solicitando ao mesmo que informe à Assembléia quais os termos do acordo que o Governo do Estado está firmando com a INPACEL, objetivando auxiliar na recuperação financeira dessa empresa privada.

Requer-se, outrossim, seja informado qual o volume de recursos do ICMS que o Estado do Paraná deixará de receber em face desse acordo com a INPACEL e com outras empresas que estão participando do mesmo processo, no intuito de melhorar a saúde financeira da referida instituição, bem como que determine o envio a esta Casa de cópia da legislação que está amparando esse procedimento de exclusão dos créditos tributários.

Requer-se, ainda, sejam informadas as razões sociais das demais empresas que participam das negociações, discriminando-se os valores que cada uma deixará de recolher de tributos aos cofres do Estado do Paraná.

O jornal "Gazeta Mercantil" do dia 21 de agosto do corrente ano, publicou matéria destacando o assunto, razão pela qual as informações reivindicadas são essenciais para esclarecimento público, sobretudo tendo em vista que, por diversas vezes, foi salientado em discurso no Poder Legislativo que houve redução de dezoito por cento da arrecadação do ICMS no mês de julho, e que por essa razão é inviável



Curitiba, quarta, em 23.08.95

qualquer tipo de melhoria no índice de reajuste dos servidores estaduais.

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(aa) ANGELO VANHONI  
EMERSON NERONE  
DOUTOR ROSINHA  
IRINEU COLOMBO  
PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO N° 2382

Senhor Presidente.

Respeitadas as disposições constitucionais e regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando ao mesmo que informe à Assembléia Legislativa sobre a existência de previsão orçamentária destinada à pavimentação asfáltica da PR-364, entre Irati e São Mateus do Sul.

Caso a resposta seja afirmativa, requer-se que seja informado qual a previsão para início e conclusão das obras de asfaltamento.

Naquela região há fortes comentários de que já foram destinadas verbas, por duas vezes, para a execução da mencionada obra, embora nunca foi levado a termo o projeto, deixando a população descontente e sem condições de deslocamento rápido sobretudo em dias chuvosos.

Diante das inúmeras reivindicações de moradores daquela região paranaense, espera-se com esta proposição oferecer informações confiáveis para esclarecimento público.

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 2367

Senhor Presidente.

Respeitadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja expedida correspondência ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, solicitando ao mesmo que envide gestões no sentido de viabilizar a criação de uma Vara de Execuções Penais na Comarca de Maringá, a exemplo de Londrina.

Requer-se, outrossim, que aquela autoridade informe a esta Casa sobre a existência de previsão para a concretização dessa antiga reivindicação dos maringenses.

Trata-se de providência indispensável para agilizar a prestação jurisdicional na região polarizada pelo referido município, sobretudo em se revelando que no final do mês de setembro entrará em funcionamento o Presídio Estadual de Maringá.

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 2369

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Regimento Interno), REQUER o encaminhamento de expediente à Dra. Fani Lerner, Secretária da Criança e Assuntos da Família, para acionar a Regional de Paranavaí e gestionar junto ao Executivo Municipal, a implantação do Programa Creche, Programa Piá no Esporte e Programa da Rua Para a Escola, no Município de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Dispõe a Carta Magna:

"Art. 203 - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social e tem por objetivo:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, e à velhice.

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes.

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

(...)"

No mesmo sentido a Constituição Estadual do Paraná:

"Art. 1° - O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

(...)"

II - a defesa dos direitos humanos;

III - a defesa da igualdade e o consequente combate a qualquer forma de discriminação;

IV - a garantia da aplicação da justiça;

V - a busca permanente do desenvolvimento e da justiça social;

(...)"

O Paraná encontra-se deficiente de Assistência Social para a população carente das necessidades básicas, tudo isso gerado não só pela crise financeira que abala o país, como também pelo descaso de governos anteriores.

Todos os projetos da pasta de Fani Lerner, já nasceram vitoriosos.

O Projeto Creche destinado às crianças de 0 a 6 anos, visa o atendimento para as suas necessidades básicas, de alimentação, saúde, e lazer, bem como o desenvolvimento psicossocial, permitindo a ampliação das experiências e conhecimentos infantis.

A pretensão é assegurar um espaço de educação garantindo guarda e cuidados físicos, ampliando a função sócio educativa

junto às famílias e comunidade.

O Projeto Piá no Esporte, realizado em conjunto com os municípios, objetiva oportunizar às crianças e adolescentes de 07 a 17 anos, desprovidas do básico para seu desenvolvimento físico e mental, o acesso a determinada cultura de esporte, lazer e saúde, colimando seu desenvolvimento de forma integral, através de uma ação sócio-educativa.

O Projeto da Rua para a Escola objetiva a frequência integral dos alunos em sala de aula e seu retorno ao convívio familiar, através do fornecimento mensal de uma cesta básica para família de meninos de rua. Há três meses passados, 152 crianças advindas de 60 famílias de Ponta Grossa, foram contemplados com este programa; ao todo já participam 05 municípios.

"Todos os municípios que têm problemas de menores carentes deverão ser beneficiados com o programa" - Governador Jaime Lerner.

Paranavaí é pólo regional dos principais serviços postos a disposição da população; é de extrema necessidade a implantação destes Programas no município, bem como de outros.

Consta do Plano de Governo do PDT e do Movimento Paraná Novos Caminhos, estes Programas da pasta de Fani Lerner, tão esperado pelos adolescentes do Paraná.

É o resgate da cidadania aos mais necessitados do Estado, que se faz necessário.

Por isso, e em nome dos adolescentes carentes do Estado, recomendamos a Vossa Excelência que acione a Regional de Paranavaí para gestionar junto ao Executivo Municipal a implantação do Programa Creche, Programa Piá no Esporte e Programa da Rua para a Escola, nesse município, como prioridade do Governo e da Secretaria.

#### REQUERIMENTO N° 2372

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a inclusão do Município de Umuarama, no Programa Alimentar Integrado (fornecimento de galinhas vivas para vendas a preços reduzidos à população de baixa renda).

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130), aos Vereadores Genésio Alves da Silva, Presidente da Câmara Municipal. Antonio Franson Neto, David Penido, Geraldo Donatti Gomes, Inácio Pereira Pinto, Ivan José Cardoso Frey, Jo-

Curitiba, quarta, em 23.08.95

sé Evangelista de Albuquerque, José Tadeu Silva, Luiz Nicolete, Marcelo Derenusson Nelli, Mauro Wanderlei Spina, Modoaldo Agostini e Wilson Oliveira Ferraz (Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080 - Umuarama); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - cj. 101 - 1° andar - Ed. Centro Comercial, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A inclusão do Município de Umuarama no Programa Alimentar Integrado desenvolvido por essa Pasta em parceria com o CEASA, objetiva possibilitar à população de baixa renda daquela municipalidade, a compra de galinha viva por um preço reduzido, a exemplo do grande alcance que o programa obteve na Capital.

#### REQUERIMENTO N° 2386

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao DER (Departamento de Estradas de Rodagem), ao DECOM (Departamento Estadual de Construção, Obras e Manutenção) e à SEAD (Secretaria de Estado da Administração), denunciando a firma CONSTRUTORA AMBIENTE LTDA., com sede na Rua Saldanha Marinho, 1720, no Bairro do Bigorrião, nesta Capital do Estado, pelos fatos e razões que passa a expor:

1. A empresa acima mencionada, foi contratada pelo Governo do Estado do Paraná, para realizar obras tais como canalizações, bueiros, asfaltamento, da estrada Irati a Imbituva.

2. Para tanto, contratou operários do próprio município, o que julgamos uma forma sensata e mais econômica, sendo que estes trabalhadores desenvolveram a contento toda a programação da contratada.

3. Apesar da empresa Contrutora Ambiente Ltda., ter recebido todos os seus haveres do Governo do Estado, não cumpriu com o compromisso mais basilar da Firma, o qual seria o pagamento dos salários de seus contratados.

4. Segue, anexo, declaração de 14 (quatorze) assinaturas de chefes de famílias iratienses, trabalhadores que laboraram até o dia 6 de fevereiro do corrente ano, mês em que venceram os Avisos Pré-vios.

5. Decorridos 6 (seis) meses de rescisão contratual, os trabalhadores contratados pela referida empresa, foram obrigados a recorrer, via judicial, para receber o mais lícito direito de qualquer trabalhador, que é o seu salário.

6. Diante do exposto, faz-se necessá-



Curitiba, quarta, em 23.08.95

rio que os órgãos governamentais tomem as devidas e necessárias providências administrativas, para que as empresas que não cumprem com seus compromissos mais elementares, como o pagamento de seus contratados, fiquem vedadas de participar de obras em todo o Estado.

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(a) TOTI COLAÇO

# REQUERIMENTO N° 2383

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja expedida correspondência aos Senhores Ingo Henrique Hubert e Carlos Afonso Teixeira de Freitas, respectivamente Presidentes da COPEL e SANEPAR, solicitando aos mesmos que analisem a possibilidade de adotar, na emissão das faturas de cobrança dos serviços prestados à coletividade, o mesmo sistema criado pela TELEPAR, ou seja, que as contas de água e de energia elétrica que não ultrapassem dez reais, sejam emitidas trimestralmente, a fim de se evitar os gastos excessivos decorrentes da emissão mensal de faturas com valores pequenos, que muitas vezes não cobrem os custos do processamento dos valores até a sua entrega à concessionária do serviço público.

A TELEPAR adotou a emissão trimestral das faturas como medida de racionalização da respectiva arrecadação e, dessa forma, acredita-se que a SANEPAR e a COPEL poderiam viabilizar essa forma de economia e, quem sabe, num futuro próximo, inclusive fazer desse fator uma fonte de redução nos custos operacionais e no custo final dos serviços prestados.

Os investimentos são essenciais para melhorar a qualidade dos serviços prestados pelas referidas empresas e a redução de custos pode importar na existência de folgas nos orçamentos para a aplicação em novos projetos, sobretudo no que se refere ao serviço de saneamento básico cujos custos exigem maior vigor financeiro para a sua implementação.

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(a) EMERSON NERONE

# REQUERIMENTO N° 2384

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado pedido de explicações ao Excelentíssimo Doutor Rafael Dely, DD. Secretário Especial da Política Habitacional - COHAPAR, e ao Ilustríssimo Doutor Luís Massaro Hayakawa, DD. Diretor Presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e ao Ilustríssimo Doutor Ivo Mendes Campos, DD. Diretor Presidente da Companhia de Habitação Popu-

lar de Curitiba - COHAB-CT, a respeito da não efetivação de acordo firmado com a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais para a transferência das 27 famílias moradoras na Cidade Jardim, ao lado do Canal Extravaso naquele município.

No começo do mês de julho próximo passado, este Parlamentar, acompanhado do nobre Colega, Deputado Edno Guimarães, numa comissão suprapartidária, estiveram acompanhando o Senhor João Batista Ferreira, DD. Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, em reunião com os Diretores Presidente da COMEC e COHAB-CT, retro mencionados, para tratar do problema das 27 (vinte e sete) famílias residentes na Cidade Jardim, bairro situado ao lado do Canal Extravaso, no Município de São José dos Pinhais, que vivem em situação subumana.

Nessa reunião, ficou acordado que as vinte e sete famílias seriam retiradas e transferidas para outro local com a máxima urgência e com a participação da COHAPAR. Entretanto, até a presente data, apenas 4 famílias foram retiradas e tiveram sua transferência efetuada.

Assim, dada a importância da situação, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para o requerido.

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(a) RICARDO CHAB

# REQUERIMENTO N° 2371

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja transcrito nos Anais desta Casa de Leis, o Editorial do Jornalista Reginaldo Daniel, da Rádio Exclusiva FM, intitulado "Acorda Paraná", tendo em vista tratar de questões de interesse primordial para o nosso Estado: a distribuição do ICMS das hidrelétricas entre os Estados.

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(aa) ÉLIO LINO RUSCH  
AUGUSTINHO ZUCCHI

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI N° 330/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Crianças e Adolescentes de Céu Azul - ACAZUL, com sede e foro na Cidade de Céu Azul, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 17 de agosto do ano de 1993, a Associação das Crianças e Adolescentes de Céu Azul - ACAZUL, com sede e foro a Rua Paulo Wichoski, s/n, na Cidade de Céu Azul, por um grupo de pessoas preocupadas com os problemas das crianças e dos adolescentes, na faixa etária de 7 (sete) a 18 (dezoito) anos, prestando atendimento, nas áreas de saúde (médico e odontológico) e psicológico.

Conforme demonstra o relatório anexo, das atividades desenvolvidas pela entidade no exercício financeiro do ano de 1994, foram atendidas 180 (cento e oitenta) pessoas dentro daquela faixa etária. Além da assistência médica, dentária e psicológica, foram desenvolvidos cursos das mais variadas espécies, tais como: Oficinas de Bordado, de Crochê, Malharia, Cozinha, Pannificação, Datilografia, Produtos de Limpeza, Agrícola e etc., além de atuar na área da educação com o reforço escolar para o domínio de leitura, escrita e cálculo, mediante os conteúdos trabalhados da 1.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries, sempre de uma forma agradável e variada, sem fugir no entanto daquilo determinado dentro do curriculum escolar.

Presidida pela Primeira Dama do Município, Senhora Margarida Casalli Betto, a Associação das Crianças e Adolescentes de Céu Azul - ACAZUL, com apenas 02 (dois) anos de existência, já está atingindo os objetivos desejados, mas a sua diretoria sabe que ainda existem muitos problemas a serem solucionados, visto que dentro de sua área de atuação, para cada caso resolvido hoje, surge um outro amanhã. Cada criança atendida hoje, terá que ter continuidade na sua assistência, para cada adolescente que se torna adulto hoje, existirá um outro em seu lugar amanhã. O adolescente só se tornará um adulto responsável, se for bem orientado, e este é um dos objetivos da ACAZUL: fazer dos jovens de hoje, os homens que talvez comandarão os destinos do Município de Céu Azul no futuro, e isto só será alcançado com muito trabalho, dedicação, carinho e amor pelo próximo, porque orientar e educar os jovens de hoje, é apostar com certeza no futuro e no progresso do Brasil de amanhã.

PROJETO DE LEI N° 331/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o "Conselho de Assistência a Mulher Sarandiense", com sede e foro no Município de Sarandi.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, tem por finalidade promover por todos os meios a seu alcance, o atendimento à mulher em todas as fases de sua vida e de seu ciclo biológico.

Da documentação que anexamos a presente proposição, depreende-se que atende plenamente os requisitos da legislação que regulamenta a concessão de títulos de Utilidade Pública, motivo pelo qual esperamos o apoio e conseqüente aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 332/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica proibida a circulação de animais domésticos nas praias do litoral paranaense.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.95

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

É de conhecimento geral que a circulação de animais domésticos, principalmente cães, provocam incidências de doenças, tais como bicho geográfico, verminoses entre outras.

O escopo deste projeto de lei é proibir a circulação de tais animais a fim de proteger a saúde de banhistas e demais frequentadores do litoral paranaense.

Com tal medida pretendemos proteger a população de contrair doenças ou de ser agredida pelos animais, justamente em seu momento de lazer, podendo desfrutar de praias mais limpas e seguras.

Pelos motivos supra citados, e por ser esta uma justa reivindicação, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 333/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituída nas Escolas de 1° e 2° Graus da Rede Estadual de Ensino, Matéria sobre Drogas, Fumo e Alcool, como disciplina obrigatória;

Art. 2º - A matéria sobre Drogas, Fumo e Alcool, deverá ser implantada nas Escolas de 1º e 2º Graus da Rede Estadual de Ensino, a partir de 1996.

Parágrafo Único - O ano de 1995, ficará reservado para que a Secretaria de Estado da Educação, capacite o corpo docente que ministrará a disciplina sobre a Droga, Fumo e Alcool.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei dentro do prazo de 60 dias.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.95

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O problema das drogas, fumo e do álcool, especialmente pelo grave perigo que representa para os jovens, tem sido uma constante preocupação de educadores, instituições sociais e sobretudo das famílias brasileiras. Essa natural preocupação aumenta na medida em que muito se fala sobre o tema sem, todavia, a existência de programas específicos e sistemáticos de informação, notadamente para crianças e adolescentes. Em nosso entendimento, o melhor e mais adequado local para se transmitir com segurança e conhecimento as necessárias informações, é indubitavelmente a escola. Tratada a questão de forma pedagógica, a criança e o adolescente passarão a receber orientação segura, ajudando na prevenção, porque somente através do conhecimento e não da mera curiosidade serão os jovens despertados para o grave problema.

É importante que fique claro, que a definição "droga" deve incluir necessariamente o fumo e o álcool, igualmente considerados como agentes causadores de dependência física e altamente prejudiciais à saúde. Estudos e estatísticas comprovam que o fumo e o álcool estão sendo utilizados com maior frequência pelos jovens aumentando os malefícios da dependência inclusive da incidência de AIDS, portanto cabe à Escola contribuir para reverter este quadro, no Estado do Paraná.

Por essa razão estamos apresentando o presente plano de lei, sem que isso venha desmerecer campanhas e programas existentes, mas que infelizmente pecam pela falta de continuidade, o que será sanado com a inclusão de uma matéria específica no currículo escolar. E, seria também, uma relevante contribuição desta Casa de Leis na luta contra o efeito avassalador das drogas, do fumo e do álcool, no seio da família paranaense, grave realidade que não podemos ignorar.

#### PROJETO DE LEI Nº 334/95 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Comunidade Social Cristã Beneficente, com sede e foro no Município de Mandaguari.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.95

(a) JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, preenche todos os requisitos exigidos pela Lei Federal e Estadual, pertinentes à matéria, e tem por objetivo proporcionar aos seus associados atendimento médico gratuito, sem distinção de faixas sociais ou de condições econômicas, proporcionando-lhes, também, assistência social e odontológica. Para cumprir suas finalidades filantrópicas, a Comunidade Social Cristã Beneficente, dentro de suas possibilidades, promoverá o ensino médico, de enfermagem e outros ramos de ensino afins, que correspondam aos interesses e necessidades da comunidade.

Por essa razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos Srs. Deputados, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

#### PROJETO DE LEI Nº 335/95 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar o pagamento da taxa da Cédula de Identidade para os Estudantes de 1º e 2º Graus, da Rede Pública Estadual, que forem convocados para disputar os Jogos da Juventude do Paraná e os Jogos Escolares do Paraná.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará no prazo de 90 (noventa) dias a aplicação desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.95

(a) IRONDI PUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora apresentamos visa atender as solicitações de vários professores ligados à área esportiva e cultural da Rede Pública Estadual, que encontram dificuldades em desenvolver seus trabalhos junto aos estudantes, principalmente carentes, que em ocasião das inscrições para eventos ligados ao Governo do Estado como:

os Jogos da Juventude do Paraná e os Jogos Escolares do Paraná, exigem o documento de identidade.

Como grande parte dos estudantes da Rede Pública Estadual não possui condições financeiras ou até mesmo ignoram a necessidade de possuir a Cédula de Identidade, com isso, perde-se grandes valores que poderiam despontar nos eventos.

Pelos motivos supracitados, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto de lei em tela.

PROJETO DE LEI N° 336/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - De acordo com o artigo 169 da Constituição Federal, os Municípios criados e/ou instalados a partir do ano de 1995, somente poderão comprometer a folha de pessoal e encargos sociais até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) de sua arrecadação.

§ 1° - Municípios que ultrapassam o limite estabelecido no "caput" deste artigo, desde que constatados pelo Tribunal de Contas, sofrerão processo de extinção, na forma da lei.

Art. 2° - Constatada a irregularidade, o Tribunal de Contas, num prazo máximo de 10 (dez) dias comunicará e encaminhará ao Poder Legislativo a respectiva documentação.

§ 1° - Recebida a documentação a Mesa Executiva dará conhecimento ao Plenário, o qual encaminhará à Comissão de Constituição e Justiça para parecer, num prazo máximo de 10 (dez) dias a partir do recebimento na Comissão.

§ 2° - O Plenário apreciará o projeto de lei propondo a extinção, ou não, em prazo não superior a 10 (dez) dias, a partir da aprovação na Comissão de Constituição e Justiça.

§ 3° - O projeto de lei será encaminhado de acordo com o artigo 71 da Constituição Estadual.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.95

(aa) RENATO ADUR  
ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente projeto de lei, proporcionar reais condições de governabilidade das Prefeituras futuras.

É sabido e notório que o excesso de funcionários, muitas vezes mal remunerados, vêm ocasionando seriíssimos transtornos administrativos aos atuais prefeitos municipais.

Com o comprometimento de 60, 65% da arrecadação com o pessoal, fica pratica-

Curitiba, quarta, em 23.08.95

mente impossível qualquer administrador realizar obras que justifiquem a existência do próprio município, pois apenas 30% para investimento é um percentual bastante irrisório, que inviabiliza qualquer administração.

Quer o projeto em discussão, permitir de um prefeito recém-empossado, possa dispor de 65% da sua arrecadação para aplicar em obras de infra-estrutura, além de outros setores como: educação, saúde, ação social, transporte, etc.

Por outro lado 35% da arrecadação é verba suficiente para se organizar uma equipe de trabalho efetiva e eficiente no município, sem tirar a eficácia da administração.

Razão pela qual entendemos que, com a referida proposta legislativa, uma vez aprovada, possa constituir-se num instrumento de saneamento financeiro municipal, eliminando definitivamente com o desespero de muitos executivos municipais, além da tranquilidade da população daqueles municípios.

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Estamos em três aqui no Plenário e é viável a falta de quórum.

O SR. IRINEU COLOMBO - Chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Solicito que o Senhor 1° Secretário faça a chamada nominal dos Senhores Deputados, para verificação de quórum.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Nelson Garcia) - Procede chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, considerando que os Senhores Deputados estão chegando, pedimos a suspensão da verificação.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Solicitamos ao Senhor 2° Secretário que proceda a leitura da ata da sessão anterior.

Em discussão a ata que acaba de ser lida. Em votação. **Aprovada.**

Não há Expediente a ser lido.

Queremos anunciar e destacar a presença nesta Casa do ex-Presidente desta Casa, Deputado Nilson Sguarezi.

Com a palavra no Pequeno Expediente o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Existe uma preocupação nesse Parlamento com relação ao comportamento político demonstrado e publicado pelos jornais por

Curitiba, quarta, em 23.08.95

Pág. 13

parte do Governo do Estado Senhor Jaime Lerner. Primeiro queremos manifestar preocupação com relação às implicações que dará aos negativos, aos números negativos, às estrelas, às classificações que dão aos prefeitos. E essas implicações com o município - para tentar entender Deputado Algaci Túlio - desta vez sob a ótica do Partido dos Trabalhadores.

Até agora foi sob a ótica de outros Parlamentares que não deste Partido. Porque o que tem nos preocupado é conferir se há discriminação aos municípios por conta de que você classifica os prefeitos representantes destes municípios. Sem levar em consideração as forças políticas ali instaladas, sem levar em consideração se o município tem inserção estratégica no ce-

nário estadual, sem levar em conta se o município tem representação suficiente no cenário político que prejudique inclusive o próprio Governador. Com relação a isso trago aqui uma demonstração de que o prefeito da minha cidade de Medianeira, aparece na lista publicada, na "Lista de Schindler" como menos um. E aí tenho alguns dados que gostaria de conferir se refere a esta classificação.

Tenho algumas relações de obras suspensas no Município de Medianeira, junto ao Governo do Estado e estou fazendo um levantamento, também, dos municípios vizinhos a Medianeira para fazer a comparação e aos convênios que, porventura, o Governo tenha assinado com os outros municípios.

RELACÃO DE OBRAS SUSPENSAS NO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA JUNTO AO GOVERNO DO ESTADO

14,35 - 2 - 23-8

Pavimentação Asfáltica e Poliédrica

Nº	Trecho	Extensão	Nº do Convênio
01	Pavimentação Asfáltica - Marginais BR 277	97.320,00 m²	199/94 - O.S. 155/94
02	PR- 495 - Linha Dourado P. Irreg.	39.000,00 m²	230/93 - O.S. 035/94
03	PR - 495 Linha Progresso "	44.400,00 m²	230/93 - O.S. 035/94
04	PR - 495 - São Brás P. Irreg.	15.000,00 m²	230/93 - O.S. 035/94
05	Perímetro Urbano - Linha Sol e Ouro - Pedras Irregulares	14.400,00 m²	230/93 - O.S. 035/94
06	PR - 495 - São Francisco Pedras Irregulares	21.600,00 m²	230/93 - O.S. 035/94
07	Ruas Periferias P. Irreg.	8.400,00 m²	128/94 - O.S. 210/94
08	Cab. Rep. Ana Cláudia P. Irreg.	44.400,00 m²	003/93 - O.S.
09	Perímetro Urbano - PEDU Pav. Asfáltica e Poliédrica	3.563,00 m²	AP -273/94 Empr. 3.100-BR

Tudo isso foi suspenso. E isso é importante conferir porque o município não pode pagar por uma relação política que não agrada o Governo do Estado. Esta é a preocupação básica. Os municípios do Paraná não poderão arcar com as conseqüências do não interesse do Governo do Estado em atender os convênios, atender a população daquele município que são cidadãos paranaenses, por conta de um julgamento em relação ao prefeito. Da pessoa do prefeito!

E aí estamos levantando inclusive desse município, manifestações várias chegando ao meu gabinete de vereadores, da comunidade organizada, que pede justificativas ao Governo. Então, o nosso pronunciamento, pedimos ao Líder do Governo que manifeste uma posição oficial do Governo com relação de um documento divulgado na imprensa em nota oficial do Prefeito do Partido dos Trabalhadores lá da querida Cidade de Londrina, e passo a ler na íntegra esta carta para fazer o encerramento do meu horário.

"Minha estrela é a vermelha

Espanto é pouco para dizer o que sinto com a notícia de que o Governo Jaime Lerner teria nas mãos uma lista dos prefeitos que apoiaram seus adversários nas últimas eleições, estando, com ela, fazendo distinções de repasse de verbas, brindando quem esteve e está politicamente a seu lado.

Indignação é também o que sinto, se isso for verdade (espero o desmentido prático), pois não é nenhum outro senão o próprio Governador que tem sentenciado que a eleição já acabou e todos, indistintamente, têm o seu apoio.

Revolta é o que deve sentir, também, se isso não for desmentido (na prática), quem votou no Governador achando que a velha política do toma-lá-dá-cá, do clientelismo barato, do carcomido fisiologismo acabou.

Os jornais dão conta de que dois dos secretários do Governador teriam uma lista salpicada de estrelinhas, uma de cada cor, mapeando politicamente quem está com Lerner e quem (ainda) não aderiu.

Fico imaginando que, enquanto cidades, como Londrina, dão um exemplo de como se distribuem verbas públicas, fazendo do seu Orçamento Participativo a expressão máxima da cidadania e democracia direta, não se pedindo filiação partidária, tampouco aproximação política de quem decide onde colocar os recursos públicos, notícias como essa dão um banho de água fria em quem exerce seu aprendizado político, liberando-se das seqüelas da velha e carcomida politicagem paranaense. Que belo exemplo!

Fico imaginando que desserviço prestaria à democracia e aos valores espirituais das pessoas se eu privilegiasse obras para o presidente da associação de bairro que

ficasse lambendo meu sapato, como um cão fiel sem liberdade e espírito crítico.

O Estado não edifica nenhum novo caminho em cima do preconceito e da discriminação. Eles são sempre odiosos instrumentos da direita reacionária e má. Ou se bane da vida pública as práticas que já foram a cova da democracia e da liberdade, ou se admite que tudo sempre muda para permanecer onde sempre está.

O Governador Jaime Lerner tem que se explicar aos prefeitos e ao povo do Paraná. Se esta lista existe, como noticiaram os jornais, que ele a queime e "queime" junto os dois secretários que a produziram e a manipularam. Se não existe, que prove, com ações práticas, que sua política é diferente e faça, agora sim, uma lista pública dos recursos que nestes oito meses de Governo distribuiu às prefeituras da capital e do interior.

Em tempo: na lista que os jornais distribuíram, a estrela do Prefeito de Londrina aparece como verde-escura. Está errada. Na verdade, ela é vermelha, da mesma cor da minha terra, sem tonalidades e sem variações. E dessa forma vai seguir pois o rumo que ela toma não se dobra a nada, muito menos ao vento da conveniência. Por mais forte que ele aparente ser.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA  
Prefeito de Londrina"

O Sr. Valdir Rossoni - V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Ilustre Deputado, ontem tive a preocupação de tentar de alguma forma provar aqui que "a lista de Schindler", se é que V. Exa. quer um desmentido, está aqui o Líder do PDT, desmentindo a lista e provando com atos do Governo que esta lista não existe.

Prova disso está o Prefeito da estrela vermelha, que V. Exa. falou, de que ele já assinou convênios com o Governo do Estado do Paraná, porque vi isso nos jornais.

Mas temos é que fazer aqui uma análise do orçamento feito pelo Estado nas palavras do Deputado Zuk feito ontem, só para V. Exa. ter uma idéia e vou relatar aqui quando V. Exa. falou aqui da questão das estradas asfaltadas que foram suspensas e de alguns convênios de pedras irregulares, quero dizer a V. Exa. que é uma determinação do Governo do Estado que estava se praticando e houve um desvirtuamento do programa de pedras irregulares, em vez de fazer estradas rurais, começaram a calçar ruas de cidades e o DER é para atender estradas, não ruas urbanas.

Agora o que quero dizer a V. Exa. quanto a paralisação de algumas obras no Paraná, é claro é só se as pessoas não querem entender, os últimos governos que



**Coritiba, quarta, em 23.08.95**

passaram pelo Paraná gastaram em média de 150 a 200 milhões de dólares o que mais gastou foi o governo Jaime Canet, que gastou 220 milhões de dólares.

Só para V. Exa. ter conhecimento, o orçamento da Secretaria de Transportes este ano é de 500 milhões de dólares, quer dizer, só se fizemos aqui o milagre da multiplicação dos pães, e que o Jaime Lerner em vez de fazer a multiplicação dos pães, faça a multiplicação dos milhões de dólares.

Então é evidente, é claro que terá que haver cortes em obras, porque o que houve, sem sombra de dúvida, nem como crítica, acreditando no orçamento que foi elaborado e que era uma esperança de poder vender parte das ações da COPEL, o Governo anterior iniciou centenas de obras e o que não iniciou teve uma capacidade incrível de assinar convênios para que essas rodovias fossem iniciadas este ano.

Tenho prova disso na minha região. Autorização de licitação, enfim autorização de início de obras, centenas de obras no Paraná e é claro, se tivéssemos os 500 milhões de dólares que está no orçamento não tenho dúvida nenhuma que não teria obras paralisadas no Estado do Paraná.

Agora a Secretaria dos Transportes vai ter no máximo 150 milhões de dólares este ano e é natural e evidente ou o Lerner faz a multiplicação dos dólares, como fizeram a multiplicação dos pães ou paraliza algumas obras, é isso que temos que debater. Agora querer fazer desta denúncia que foi feita da questão desta lista de prefeitos, olha Deputado, tenho em minhas mãos e ontem entreguei ao Deputado Romaneli, mais de 200 prefeitos já firmaram convênios com o Governo do Estado do Paraná e mais de 95% dos prefeitos que não apoiaram o Governador Jaime Lerner, quer dizer, não vai entender e não vai compreender quem não quer.

Esta questão da lista gostaria que V. Exa. me apresentasse a lista porque até o presente momento, os fatos não provam, e se existia a lista, me desculpe tenho que chamar o meu Governo de incompetente, porque eles não estão sabendo usar essa famosa lista. Porque se existe a lista que não tenho conhecimento, eles estão usando errado a lista e estão lendo de uma forma contrária.

Era isso, Deputado.

O SR. IRINEU COLOMBO - Deputado Rossoni, a discussão que está ocorrendo aqui não é se vai parar convênio ou se vai ter recursos para convênios. Não é essa a questão, vi a lista, folhee a lista, tem ali escrito a mão, que poderá inclusive pedir o periciamento, se é essa a dúvida. Agora não sou eu quem vai fazer o periciamento

para provar para mim mesmo que o Governo está certo. Mas quero dizer aqui a V. Exa., que não estou aqui discutindo a lista, estou discutindo os fatos comprovados pela ação do Governo.

Não me fiz entender ou V. Exa. não quis entender o meu raciocínio. É que tem que ter uma resposta prática para saber, se os convênios cancelados têm ligação ou não com essa lista, e tem que ser investigado a lista, se o Governo então diz que não tem. Porque vi a lista, tem impressões ali caligráficas que podem ser checadas. Essa é a grande questão. Temos que ter um posicionamento político, uma resposta clara e prática, um desmentido oficial, Deputado, não veio o desmentido oficial até agora.

Acho que é a grande questão que queremos, e a notícia é pública. Temos uma preocupação de comparar a ação do Governo pela lista, aí Deputado, é que está a verdade dos fatos. As implicações políticas aos Municípios é o que queremos discutir. O mérito não está em discutir se tem o dinheiro para manter o convênio ou não, se o convênio foi cancelado por esse ou aquele motivo. Agora que tem novos convênios sendo firmados e o volume estatístico desses convênios, o quantitativo desses convênios em relação ao que foi assinado no passado, o que vem sendo assinado e com a comparação dessa lista, que de fato tem ou se prove o contrário.

Concedo o aparte ao Deputado Nerone.

O SR. Emerson Nerone - Apenas para clarear ao Deputado Rossoni, que o Prefeito de Londrina, o Prefeito da segunda maior cidade do Paraná, fez um pedido formal para que o Governo do Estado abra as contas e os repasses até agora feitos aos Municípios do Paraná, para que a gente faça um quadro comparativo. Se essa lista de repasse, o quadro comparativo de repasse, Deputado Algaci Túlio, pode até existir "a lista de Schindler", pode ser essa a atitude, pode ser essa a política do atual Governo. Não há problema algum, então que se assuma tal postura publicamente.

O SR. IRINEU COLOMBO - Era isso que tinha Sr. Presidente, entender que o Governo tem que dar uma resposta oficial.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Mais uma vez quero falar a respeito do Orçamento do Estado. Porque ontem falou o Deputado Zuk, e hoje falou o Deputado Rossoni.

Temos com clareza que o Orçamento do Estado foi enviado pelo Governador Mário Pereira inicialmente na forma da Lei de Diretriz Orçamentária, depois na Proposta Orçamentária e temos claro que o Orçamento

hoje em vigor no Estado do Paraná, foi elaborado pelo Governo do Estado, mas principalmente pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através da Comissão de Orçamento, que tem como Presidente Nelson Justus, já há cinco anos e pelo Deputado Durval Amaral que é o nosso Relator também da Comissão de Orçamento, e o que aprovamos aqui não foi a proposta original, foi o substitutivo, tanto na Lei de Diretriz Orçamentária, como na Proposta de Orçamento. Sendo que na Proposta de Orçamento com uma diferença a mais, para que tiremos de vez aquela história da "herança maldita", como disse o Deputado Zuk ontem, ou dizer que essa peça é uma fantasia.

O Orçamento que aí está, - éramos o Presidente da Casa - foi elaborado pela Comissão de Orçamento, relatório do Deputado Durval Amaral, com a participação do Governo, através da Secretaria do Planejamento, Secretário Carlos Artur K. Passos e com a participação da equipe de transição do Governador já eleito, Jaime Lerner.

Todos sabemos que a proposta foi aprovada em dezembro do ano passado. Então não tem "herança maldita", não tem fantasia, não tem nada! Temos um Orçamento que infelizmente, pelas circunstâncias econômicas do País e do Estado do Paraná, ele não pode ser cumprido na sua plenitude porque as receitas também não ocorrem na sua plenitude.

Tem razão o Deputado Rossoni quando traz à discussão novamente, a impossibilidade da venda das ações da COPEL e evidentemente que o Orçamento da Secretaria dos Transportes ficou com um Orçamento prejudicado, porque desses 600 milhões alocados como verbas para a Secretaria dos Transportes e para o DER, pelo menos uns 400 milhões seriam oriundos da venda das ações da COPEL. Agora, é evidente que essa venda das ações da COPEL, tinha obras específicas a serem realizadas e nessas, evidentemente, não estava o calçamento com pedras irregulares, não estava a conservação de rodovias, não estava a construção de balsas nem construções de pequenas pontes.

Então essas outras obras - talvez seja aí que o Deputado Colombo queira entrar - que não se faça aquelas rodovias programadas para serem executadas com a verba oriunda da venda das ações da COPEL, tudo bem, isso entendemos, agora, o que muitas vezes não se entende é o cancelamento de convênios de pedras irregulares, o cancelamento de obras de conservação de estradas, a não ser que o Estado, Deputado Rossoni, esteja investindo o dinheiro que normalmente investia nesse setor, na construção de algumas das rodovias que seriam construídas com o dinheiro da COPEL e aí até gostaria de saber, porque as mi-

nhas, que estavam incluídas, nenhuma começou, porque disse que não tinha vendido as ações. De repente, até umas começaram e gostaria de saber.

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Apenas para registrar a presença de três vereadores que nos honram com a presença aqui: Luiz Carimata, Alex Zanziani e o Cícero, que comandam a Associação de Vereadores do Médio Paranapanema, que é presidida pelo Vereador Carimata.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência associa-se com alegria, anunciando também a presença dos vereadores.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Senhor Deputado Toti Colaço.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Como o Deputado Pessuti falou, não sei se no Pequeno Expediente ou pela ordem, gostaria de responder ao Deputado Pessuti, pela ordem, porque ele teve o direito e gostaria de tê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Neste momento a Presidência acaba de conceder a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. VALDIR ROSSONI - Um peso e duas medidas.  
Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Logo em seguida essa Presidência lhe dará a mesma oportunidade para que Vossa Excelência possa se contrapor ao Deputado Pessuti.

O SR. VALDIR ROSSONI - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Com a palavra, o Senhor Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Até gostaria de fazer um pequeno comentário a respeito, já que todo mundo está falando a respeito da "Lista de Schindler", que está nos jornais, que saiu na televisão hoje e nas rádios por aí, e muitas delas já fizeram comentários desta "Lista", devo, nesta tarde, fazer um comentário, talvez não muito de acordo com o que a minha própria Bancada já tenha feito.

Na verdade, não estou acreditando nesta lista. Particularmente não acredito. Acho que esta lista, e estão falando por aí que ela existe - eu, pelo menos, não a vi. Segundo: se esta lista existisse, deveria ter existido desde governos passa-

Curitiba, quarta, em 23.08.95

dos. Então, não houve esta lista no Governo passado, esta discriminação, acredito que também não está havendo essa discriminação com tanta ênfase conforme está se propagando e dizendo por aqui.

Até estou estranhando o Deputado Colombo fazer esse comentário. Mas, na verdade, temos também que ser coerentes, o governo é outro! Então, a Bancada da Situação tem que ter um tratamento diferenciado. Não somos mais crianças.

Apenas estou fazendo este comentário, porque esta lista, como não houve no governo passado, não acredito que ela exista neste governo. O que quero do Governo? Não é porque sou do PMDB que não vou dizer o que quero do Governo. Tenho que dizer, tenho dito por aí, tenho colocado no papel, tenho feito requerimento, tenho gravado meus pedidos semanalmente aí. Tenho feito ofícios através de meu gabinete. Tenho mantido contato com alguns secretários, dizendo o que quero para os meus municípios e para o Governo do Estado.

O que quero deste Governo? Primeiro: que não parem as minhas estradas. Guaraji e Teixeira Soares, estava andando bem esta estrada. Obra que se começou exatamente 3 dias antes das eleições do ano passado, 3 dias antes das eleições foi assinado convênio para construir aquelas estradas lá. As duas estradas estão andando. Guaraji a Teixeira está um pouco lento, mas está andando. Irati-Imbituva, que começou com Requião e Mário Pereira, se Deus quiser, até o final do ano fica pronta. Então, são três estradas de grande importância para a minha região - que não é só minha, é nossa. Enfim, estradas de vital importância para a nossa região. Então, são três estradas que as obras estão andando.

O que quero também do Governo: que estas obras continuem e se conclua. O que quero mais: Irati a São Mateus do Sul. Quero que esta obra comece. Mas de Irati a São Mateus do Sul, numa distância de 55 km, já dei discurso aqui de quilômetros, de tempo, de horas, minutos. Milhões de requerimentos! Todo ano está no Orçamento do Estado. Chega no Orçamento do Estado, está lá e esta não começou, esta está na estaca zero. Esta estrada, para quem conhece, sabe da sua importância. Então, quero que o Governador comece esta estrada, que faça a licitação! Afinal de contas, ele ganhou a eleição em São Mateus do Sul e acabou ganhando em Irati.

Então, não tem nem que dizer que lá a lista desses municípios não constam os mesmos: São Mateus não pode estar na lista, Irati não pode estar na lista e é a estrada que eu quero. Pois ele ganhou as eleições nos dois municípios.

Quero também, do Governador Jaime Lerner, que ele termine uma estrada, um tre-

cho, um desvio de Araruna, desvie o centro da cidade. É a Vital Brasil - são 800 metros.

Já estive com o Secretário de Transportes uma, duas ou três vezes lá, e existia um convênio lá com a Prefeitura. E o que aconteceu: o Deni cortou aquele convênio, o Secretário de Transportes anulou e o convênio terminou no dia 31 de março deste ano. A estrada está, como diz o caboclo, em meia viagem, está pela metade. Estrada não, é um desvio de 800 metros, o DER com a Prefeitura, parada essa obra. Não pode ficar parada porque é um prejuízo para o Estado e para o município nem se fala.

Outro trecho que preciso que o Governo faça, é ligando Quinta do Sol até a Cooperativa da COAMO, mais 900 asfalto. Estou pedindo, já fui na Secretaria dos Transportes, vou continuar pedindo, porque na verdade acho que sobrou muito pouco de asfalto novo para se fazer aí.

Então, ficam registrados os meus pedidos, as minhas reivindicações, até por que não dizer até o meu agradecimento a respeito dos três trechos que estão em andamento, que não pararam. Não posso concordar daí quando vem um companheiro meu de bancada, faz uma crítica pesada e o Toti não faz. Pô, você não me ajudou Toti. Quando eu tiver que fazer uma crítica que acho que está errado e venho aqui nesta tribuna, com a maior tranqüilidade e faço. Sou um homem livre, tenho responsabilidade e tenho o amparo do povo que me elegeu pela segunda vez já como Deputado da minha região.

Mas, no entanto, é preciso que se façam alguns reparos e este reparo quero concordar com o Pessuti. Deputado Rossoni, na verdade o que o Pessuti falou há poucos instantes com relação ao Orçamento, são incontestáveis as palavras do Pessuti. O Orçamento do ano passado foi feito e acompanhado pela própria equipe de transição do Governo. A equipe técnica, a equipe do Governador Jaime Lerner, do seu Secretariado, acompanhou o Nelson Justus, que é meu vizinho de gabinete, que é o Presidente do PTB, sabe disto, ele esteve presente lá, o Durval Amaral, eles fizeram o Orçamento que aprovamos aqui por unanimidade, inclusive até por Vossa Excelência, até pela Bancada do PDT, do PTB, dos Partidos que dão sustentação política ao Governo.

Então, o Orçamento do Estado, acho que não vale a pena gastarmos aqui muitas explicações ou contestarmos o atual Orçamento. O Pessuti neste ponto tem razão. Acho que daí não seria por este caminho, não estaríamos sendo justos com o Orçamento, a sua aprovação e o próprio trabalho nosso aqui.

Dito isto, já feitas estas considera-

ções, quero encaminhar, Senhor Presidente, um requerimento endereçado ao DECON...

(**Término do tempo**)

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**) - Ele usa a Liderança do PMDB, Senhor Presidente.

O SR. TOTI COLAÇO - ...a Secretaria de Administração e a Secretaria dos Transportes também.  
Não sou de fazer denúncia...

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**) - Peço licença ao nobre orador e comunicá-lo que o PMDB lhe concede os seus sete minutos e meio para que possa continuar o seu pronunciamento.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço o meu permanente líder. Orlando Pessuti, de me conceder o Horário do nosso Partido.

O Sr. Luiz Carlos Martins - Permite-me um aparte, Deputado?  
(**Assentimento**)  
Deputado Toti, é pela primeira vez que uso o microfone este ano aqui na Assembleia.

Mas estive sempre muito atento. Temos que parabenizar, Deputado Colombo, já sabíamos da habilidade, da inteligência do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que no dia de hoje está em Brasília representando esta Casa ao lado do Deputado Caíto Quintana, a respeito do bingo.

A habilidade do Deputado Luiz Claudio Romanelli é fantástica. Alguém preparou o palco e ele subiu e soube utilizar este palco como ninguém e estamos batendo palmas, exatamente o que ele almejava.

Essa lista, voltando na famosa lista, e o seu discurso, o seu pronunciamento é uma decorrência dessa famosa lista, a lista Porcina. Quer dizer, é uma lista que nunca existiu, estão fazendo com que ela exista, porque a viúva Porcina, ela não existiu, ela era sem nunca ter sido. Então querem colocar na boca do Governo, e querem colocar nas mãos do Governo, uma lista que na verdade não existe. É preciso tomar muito cuidado. Acho, na minha opinião, que temos assuntos importantes para serem tratados, assuntos como Vossa Excelência traz nesta tarde nesta tribuna, e isso mostra que o Governo passado, com todo respeito, foi um Governo que começou mas não terminou, pelos requerimentos que Vossa Excelência apresenta nesta tarde. Um outro aspecto Deputado Colombo e os demais Deputados, e é preciso prestar atenção nisso, esses dias fui num departamento, numa Secretaria de Estado, a hora que entrei, não vi nada de diferente, a hora que entrei na Secretaria, parei, ia retornando

e alguém me chamou. Não era o Governador Jaime Lerner o Governador do Paraná naquele momento, até parecia que o Governador Jaime Lerner não era o Governador eleito pelo povo do Paraná por esmagadora vitória, porque ali encontrei e vi vários elementos dos Governos anteriores ocupando os seus postos, inclusive em cargo de chefia, em cargo de comissão, que discriminação é essa? Vamos parar de palhaçada, vamos parar de brincadeira, vamos respeitar, e acima de tudo respeitar este Parlamento, respeitar esse Governo e respeitar a vontade do povo.

Quantos e quantos elementos, do PMDB, do PT, do PFL, do PSDB, do PDT, estão no Governo hoje, quantos que permaneceram ocupando cargo de chefia, inclusive elementos ligados a vários Deputados aqui da Casa, inclusive Deputados da oposição. Será que vamos ter que divulgar esta lista? Aí sim é discriminação e nós não podemos dessa forma agir. Então, devemos ter bastante cuidado, não podemos entrar nessa história. Volto a repetir a habilidade do Deputado Luiz Claudio Romanelli, todos estão jogando lenha nessa fogueira, e não é por aí que vamos resolver os graves problemas desse Estado.

Veja bem, eu estava ontem no Palácio, e encontrei Deputados da oposição circulando no Palácio, circulando tranquilamente pelo nosso Palácio, que discriminação é essa? Nas Secretarias os Deputados de oposição são recebidos muitas vezes de maneira muito mais cortez do que os Deputados da situação. Então, é preciso fazer uma reflexão em cima de tudo isso, não podemos cometer besteira, não podemos entrar nesse caminho da discussão vazia, da discussão falsa, aonde é que está essa lista? É esta a pergunta. Não existe nada disso.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

É o que estou falando aqui pelo fato de não acreditar nesta lista em razão, em função de que já aconteceu no Governo anterior Deputados da oposição também serem tratados talvez tanto quanto, ou melhor até do que nós na época da situação. Acho que o Governo é assim mesmo.

O Sr. Luiz Carlos Martins - Perdão Deputado, na época tinha um perdigueiro que ficava sentado ali, um perdigueiro que usava paletó e gravata com uma listinha na mão anotando quem era o Deputado que votava contra o Governo, qual era o Deputado que se ausentava do Plenário e essa lista era entregue à tarde para o Líder do Governo, na época o Renato Adur e logo após ela ia para o Palácio Iguaçu, lembro-me aqui de pedido de informação que foi der-

Curitiba, quarta, em 23.08.95

rubado, porque até hoje o Governo anterior não respondeu o meu pedido de informações a respeito do falso balanço do BANESTADO e no entanto, quem comandou a derrubada do meu pedido de informações aqui nesta Casa foi o próprio ex-Governador, Roberto Requião, que do Palácio comandou a derrubada aqui e com um perdigueiro sentado ali de paletó e gravata, foi a primeira vez que vi um perdigueiro de gravata e paletó anotando tudo.

Essa lista existe, a nossa não existe, no Governo do Paraná existe lista sim, lista de obras.

O SR. TOTI COLAÇO - Eminentíssimo Deputado Luiz Carlos Martins, tenho um respeito muito grande por Vossa Excelência ou não está me entendendo ou quer travar um debate aqui com o Deputado Toti, pelo fato seguinte, não estou fazendo crítica ao que está acontecendo, apenas estou fazendo um comentário de que não estou acreditando nesta lista, estou sendo muito claro desde o começo.

Estou fazendo alusão ao Governo passado que se pegava, por exemplo o Secretário da Agricultura, Hermas Brandão, que era da oposição, que entretanto tinha muito mais contato com o Governador Roberto Requião e Mário Pereira, do que a própria Bancada e não somente ele, outros Parlamentares, hoje situação, na época oposição que tinham trânsito livre no Governo. Hoje Deputados do PMDB estão tendo trânsito livre no Governo, sabemos disso, sei disso, claramente, não estou pedindo absolutamente nada.

Agora é preciso fazer um reparo, se tem Deputados que andaram pedindo para o Governador aí, deixar gente à disposição do Governo em seu gabinete, então quero deixar claro que no meu não, eu não pedi, até porque se pedisse, se tivesse pedido com a maior tranquilidade ia lá pedir para alguém interferir para deixar à disposição, que seria até uma facilidade para agilizar o meu trabalho, no meu gabinete.

Com relação, mais uma vez a essa lista, não quero voltar a insistir nesse assunto. Parece-me que o que passou, passou, parece-me que existe lá um Governo, está aí quem tem o maior desejo de fazer um bom governo para o Paraná para todos os paranaenses, que é o que ele diz sempre na televisão. Numa audiência que tive com ele no começo, ele foi claro que não quis perseguir ninguém, ia atender todos os prefeitos, independente de siglas partidárias e o que estou vendo no fomal, lista de prefeitos do PMDB recebendo convênio, não posso negar isso, como é que vou concordar que está havendo esta discriminação. Se está havendo discriminação política, que é normal, por que sou político, se vai um Secretário de Estado, no meu município e

não se afina comigo, se ele me convidar, agradeço o convite, como estive sexta-feira com o Secretário Dr. Armando, que é o Secretário de Assuntos, agora, quando não me convidam também não vou, tenho que ter ética, tenho sensibilidade política além de tudo.

Para concluir, apenas para dar encaminhamento no requerimento dizendo o seguinte:

Uma empresa se instalou em Irati para fazer o serviço de bueiros, canaletas e outros serviços braçais da construção de asfalto de Irati/Imbituva, fez o serviço, executou a obra, recebeu do Governo do Estado passado ainda, utilizou a mão-de-obra braçal, são os bóias-frias da minha Cidade de Irati e o resultado dessa história, deu o cano exatamente nos operários não pagou os operários.

Recebi essa reclamação há muito tempo. Hoje recebi uma declaração deles subscrita pelos ex-funcionários dessa empresa que conseguiram com as carteiras de trabalho deles e o pagamento até hoje, não viram absolutamente nada. Estou denunciando isso, essa empresa para o DECOM para a Secretaria de Administração e também para a Secretaria dos Transportes. Porque se essa empresa estiver executando alguma obra ou quizer executar alguma obra para o Estado do Paraná que seja eliminado, de pronto e de imediato.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra do Deputado José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Fazendo uma reflexão ontem da denúncia feita aqui pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, sobre a famigerada lista de Schindler, ficamos a pensar. Um Governo que se diz democrático, um Governo que diz que ia buscar que diz que ia buscar novos caminhos para o Paraná, um Governo que vinha com a chancela da modernidade. Um Governo que vinha para substituir e vou colocar nos trilhos a Administração Pública do Paraná. Traz hoje Senhor Presidente a famigerada lista.

Governos tem aliados, Governos tem companheiros, mas não pode ter e usar da máquina pública, como se inimigo fosse de seus adversários. É esta a estranheza que essa Casa se revolta, e esta melhor dizendo, a Bancada que antes se opôs. É esta a preocupação de que o Paraná não veja e não tenha, não sinta a vida que os paranaenses de um Governo que discrimina com recurso público.

Esta é a preocupação da Bancada do PMDB, esta é a preocupação tenho certeza do PT, que se posicionou antes Senhor Presidente.



Surgiu a discussão da lista, surgiram nomes, surgiu a relação materializada, o Governo tem que se explicar. A Liderança até para se preservar como um Governo democrático tem necessidade de vir e trazer a público estas questões. E vem logo de quem, de um Governo ou de um Governador que já sentiu na pele através da sua etnia as dificuldades de ser discriminado num momento da humanidade. Hoje não se concebe caros Deputados, que esta mesma pessoa que tem no conhecimento da história a sua hereditariedade, e hoje está com recursos públicos discriminados.

É necessário, é importante para a sociedade paranaense que aqui venha e se esclareça e que deixe de forma transparente esta questão. Mas se não fosse ontem só a lista, nós tivemos mais, tivemos a reprovação de um pedido de informação Sr. Presidente, se me concede a licença para que eu faça a leitura de um trecho.

(Lê):

"O momento é oportuno, também para abalizarmos as linhas de atuação desta Assembleia Legislativa, no contexto da revalorização da instituição representativa como expressão final da soberania popular.

Entre as funções geralmente associadas às Casas representativas, os pensadores citam a elaboração das leis, a representação do povo, a articulação e agregação de interesses, a socialização e educação políticas e a supervisão e fiscalização dos negócios públicos".

Nesse dia em que foi lido me faz utilizar de um discurso de S. Exa. o Presidente desta Casa que disse e afirmou e tenho certeza que tem trabalhado por isso, que esta Casa seria valorizada e na data de ontem, vimos ela ser diminuída, porque negou aos Parlamentares informação de Governo.

Se o Romanelli subiu no palco como bem afirmou o Deputado Luiz Carlos Martins, também concordo, mas com a mesma habilidade do Romanelli para subir no palco e com a mesma competência, meu caro, a quem respeito e quero bem, o Luiz Carlos Martins, tentou dissimular a "lista de Schindler".

O SR. EDUARDO TREVISAN - Deputado José Maria, lhe concedo o horário do PTB e peço um aparte.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Agradeço ao Deputado Trevisan e à Liderança do PTB pela cessão do horário.

Esta mesma condição, Deputado Luiz Carlos Martins, precisamos trazer a público. Não adianta apenas escamotear os fatos com a maioria dentro desta Casa. Os fatos precisam ser trazidos à luz do conhecimento da sociedade. Esta é a função da Assembleia Legislativa e ontem, mais uma vez,

fiquei quieto, olhando, observando, para tentar, como Deputado de primeiro mandato, compreender e entender a Casa em que estava vivendo e confesso que não entendi, porque quando não tem culpa, ele abre os seus arquivos e mostra os fatos e é por isto que precisamos repensar.

E por isso, Deputados, meus companheiros, precisaremos revisar a atitude que tivemos ontem, ou que teve a maioria do Plenário desta Casa. Não adianta - em seguida o Deputado Trevisan e o Deputado Rossoni, terão aparte - não adianta, pela maioria, não permitir que o instrumento que faz o poder nesta Casa, seja escamoteado, porque não quer ceder informações.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V. Exa. está falando no Pequeno Expediente?

O SR. EDUARDO TREVISAN - No Horário da Liderança do PTB.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Em seguida, terei o prazer de conceder ao Deputado Algaci Túlio.

Não adianta mostrar o passado, até porque na legislação passada eu não estava nesta Casa. Não adianta a Bancada do Governo vir aqui e dizer: "No passado, foi assim". Se condenaram no passado, não é agora que vão querer fazer com que esta prática hedionda à vida política e partidária e democrática desse Plenário, possa ser revitalizada.

Por isso é hora de discutirmos as questões, é hora de assumirmos a função que temos como Deputados: fiscalizar o Governo. Não sou de fazer oposição por oposição barata. Não. Mas precisamos permitir que tenhamos condições de conhecer os fatos, dentro dessa Casa.

Com o aparte, o Deputado Trevisan.

O Sr. Eduardo Trevisan: Muito obrigado pelo aparte. Ele foi concedido por deferência do nosso Líder do PTB, Deputado Nelson Justus e o Deputado Alborghetti que iria fazer um pronunciamento e abdicou do direito de fazer esse pronunciamento, para que V. Exa. pudesse continuar nessa discussão tão importante, e que espero que seja a última, porque acho que ninguém mais agüenta falar nessa famosa lista.

Gostaria de manifestar o seguinte pensamento: acho que essa lista é uma grande bobagem. Se ela existe, não está sendo cumprida, porque tive a oportunidade de vistoriar a lista e vi uma série de prefeitos que lá estão teoricamente condenados, que estão sendo muito bem atendidos pelo Governo, não têm do que reclamar.

Então se ela existe ela não está sendo



Curitiba, quarta, em 23.08.95

cumprida, portanto, é inócua e não deve ser objeto de comentário. Acho que já nos debruçamos, aqui, em discussões profundas a respeito dessa lista, acho que já estamos suficientemente bem informados para, não querendo defender o governo, acho o seguinte: que temos que nos preocupar com questões que realmente são verdadeiras. Esta lista é inócua, se existe não é cumprida. Portanto, não deve ser objeto de preocupação por parte dos Deputados e sinceramente, usando de uma sinceridade que muitas vezes o homem público não deve, acho que a gente tem que deixar de hipocrisia e dizer o seguinte: que o Governo não vai ter uma ação no sentido de fortalecer os seus companheiros? Todo Governo entra e diz: "Não, vamos atender igualmente, democraticamente." Fui prefeito e dizia isto. Mas instintivamente, o instinto de sobrevivência faz com que a ação seja dirigida mais fortemente àqueles que são companheiros. O Poder é feito para ser conquistado e para ser mantido. Se o Poder está aí conquistado, democraticamente, nas urnas pelo homem público, pelo Jaime Lerner e seu grupo eles vão querer manter. E evidentemente vão ter uma ação no sentido de fortalecer e que este fortalecimento permita a sua manutenção.

Então deixando a hipocrisia de lado: mesmo que esta lista não existisse, naturalmente o Governo teria uma ação no sentido de fortalecer os seus companheiros. Isso sempre existiu. Esta é a grande verdade. E em relação a esta lista, especificamente, é uma grande bobagem. Se existe não está sendo cumprida, portanto, não devemos nos preocupar com ela.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Quero apenas ressaltar que até pela convivência fraterna que tenho com o Deputado que é, sem dúvida, um dos Deputados mais atuantes desta Casa, no entanto, Deputado, no início da nossa fala a primeira coisa que admitimos, é que o Governo tem companheiros e não nego isso. Agora, volto a afirmar, não é com recurso público que vamos tornar os nossos adversários em inimigos da administração. É esta a questão que coloco e que para a qual solicito a atenção desta Casa para esta questão.

O Sr. Valdir Rossoni - Me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado José Maria, ouço com atenção este episódio. Mas V. Exa. colocou uma posição aqui que me deixou preocupado. Preocupado e até faço como pergunta a V. Exa. e V. Exa. colocou muito bem que não pode responder pela legislatura anterior. Mas V. Exa. poderia recorrer a seus colegas, Deputados do PMDB, para satisfazer minha

curiosidade. V. Exa. colocou aqui que quando o Governo recusa um requerimento é porque o Governo tem algo a esconder ou algo a negar à sociedade. Se V. Exa. colocou aqui que quando se recusa um requerimento é porque o Governo tem algo a esconder, então V. Exa. está confirmando e reafirmando, que o Governo de V. Exa. tinha muito a esconder. Porque aqui, neste Plenário, fui testemunha de centenas de requerimentos que foram recusados pelo Governo anterior.

Então aí fica a resposta. Será que a lei do governo anterior é diferente do que esta ou só vale para este Governo? E aí respondo: o que tinha o vosso governo, o governo que V. Exa. fazia parte, a esconder que recusou tantos requerimentos aqui, nesta Casa. Porque, ontem, recusamos um requerimento pela forma abusiva com que o Deputado Romanelli fez. Se ele tivesse feito o requerimento num requerimento só, sem querer abusar da paciência do Governo, não aprovamos o requerimento, mas de uma outra forma mostramos que não temos nada a esconder que no mesmo momento levei três levantamentos de três Secretarias ao Deputado Romanelli e coloquei à disposição todas as Secretarias de Governo para prestar o mesmo esclarecimento.

Então, quer dizer, prestamos o esclarecimento, só que da forma como o Deputado Romanelli conduziu ele não estava preocupado em aprovar o requerimento, Deputado. Ele estava mais preocupado em aparecer para a platéia.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Permite-me então, a Bancada do Governo foi muito inábil oferecendo o palco para o Romanelli. Era só aprovar que não teríamos problema nenhum. O que precisamos...

O Sr. Algaci Túlio: Eu havia pedido um aparte, Deputado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Concederei em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o tempo de V. Exa., o segundo tempo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Muito obrigado, Presidente. Tem o aparte então o nobre Deputado, Líder do Governo, Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio: Deputado José Maria Ferreira, estou ouvindo o seu discurso e me parece que V. Exa. tem uma boa ligação com os companheiros da nossa gloriosa Polícia Militar. Estou enganado ou não Deputado?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Não. Sou um cidadão e respeito a Polícia Militar e não existe nenhuma ligação mais pessoal do que talvez a maioria dos Senhores aqui. Não tenho nenhum relacionamento maior.  
(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o tempo de V. Exa.. Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Valdir Rossoni. (Declina)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.  
Na verdade, é o terceiro dia que a Assembléia é palco e estas tribunas são palco de uma suposta lista que exista no Governo do Estado. Nós ouvimos todos os oradores e ouvimos atentamente o pronunciamento do 1º Secretário da Assembléia Legislativa, Deputado Luiz Carlos Martins. Alguém construiu o palco e sabiamente um Deputado ocupou este palco e, na verdade, os demais Deputados estão batendo palmas. Sábias palavras do Deputado Luiz Carlos Martins.

Posso dizer, afirmar mais uma vez, se esta lista existe e se existe alguma coisa em relação a dar um tratamento diferenciado aos Prefeitos do Paraná que apoiaram o ex-Governador Álvaro Dias, essa lista não está sendo usada justamente. Ou as pessoas que fizeram esta lista pertencem ao Partido do ex-Governador, porque a maioria dos Prefeitos que estão assinando convênios, são exatamente os Prefeitos de Oposição ao atual Governo.

Então, não podemos conceber com isto. Já falamos desta tribuna e voltamos a falar hoje novamente. O Paraná tem coisa muito mais importante a se preocupar do que com supostas listas que existem, com supostas perseguições que existam. O Paraná tem que se unir - e nós já falamos isso - em torno dos grandes interesses do nosso Estado. Temos uma revisão da Constituição. Estamos vendo o Paraná perder divisas novamente e por que nós, Deputados, não ocupamos este espaço para denunciar, ao invés de denunciar falcaturas possíveis que existam, possíveis listas que existam, porque não denunciemos o que o Paraná perde com a Constituição, o que o Paraná pode perder com a reforma tributária, porque não podemos nos unir neste sentido?

E é por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que ocupo esta tribuna. Já fiz menção e faço novamente, porque é a primeira vez na história do Paraná - que me lembro - que um Governo de Estado reúne a Bancada Federal, pede ajuda ao Senado,

pede ajuda a todos os Estados da Federação, para reverter um dispositivo da Constituição, com o qual o Paraná perde 300 milhões de dólares por ano. Por que não nos unimos em torno disto? Por que falamos de uma lista que não sei se existe? Porque nós não falamos daquilo que o Paraná perde? E eu e o Deputado Augustinho Zucchi, hoje de manhã, participamos de um programa numa das rádios aqui na Capital do Estado, na Rádio Exclusiva, quando o jornalista que nos entrevistou, e houve o Editorial por volta das oito horas. E é inspirado neste Editorial que ocupamos este espaço neste momento. E é inspirado neste Editorial que o Deputado Augustinho Zucchi e este Deputado, estão entrando com um Requerimento na Sessão de hoje, e lemos o Requerimento na íntegra (Lê):

#### "REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer a transcrição, nos Anais desta Assembléia Legislativa, do Editorial intitulado 'Acorda Paraná', pelos motivos que especifica.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, REQUER seja transcrito nos Anais desta Casa de Leis, o Editorial do Jornalista Reginaldo Daniel, da Rádio Exclusiva FM, intitulado 'Acorda Paraná', tendo em vista tratar de questões de interesse primordial para o nosso Estado: a distribuição do ICMS das hidrelétricas entre os Estados.

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(aa) ÉLIO LINO RUSCH  
AUGUSTINHO ZUCCHI

#### 'ACORDA PARANÁ

Reginaldo Daniel

A anunciada reforma tributária que soa tímida diante de tantas dificuldades por que passam os Estados brasileiros, é vista com preocupação pelo Paraná. Mesmo que o Ministro do Planejamento, José Serra, declare que as perdas serão repostas, os paranaenses mantêm-se em linha de defesa, temendo que os prejuízos que têm caracterizado a nossa história nos últimos anos.

O Governador Jaime Lerner já se manifestou com repúdio à forma como vem sendo tratada a tributação do ICMS. O Paraná tem demonstrado até hoje, apatia, descaso e desunião, quando se trata de defender seus próprios interesses. Aliás, tem feito o contrário com aventureiros que preocupado consigo mesmos, ainda tentam dividir o território paranaense.

O prejuízo que sofremos com a Itaipu Binacional é incalculável. Alagamos uma vasta área de nosso território para

construir a maior usina hidrelétrica do mundo, produzimos energia que cobre vários Estados, e quem ganha com isso é São Paulo.

O dinheiro que São Paulo arrecada via ICMS gerado por Itaipu e que o Paraná deixa de arrecadar, seria suficiente para construir centenas de casas em várias cidades, todos os meses. Esses valores poderiam servir para impulsionar a educação, a saúde e a segurança do Estado. É hora de chamar outros Estados que se encontram em situação semelhante e criar uma grande mobilização para buscar reverter o quadro.

Não esperem que o Ministro José Serra, que agora pinta de bonzinho no Paraná, ou que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, se apiedem do nosso Estado, tirando a sobremesa da boca de São Paulo, só porque deixamos cair algumas lágrimas. É preciso mobilização geral, até com a participação popular. Afinal, é uma luta justa.

ACORDA PARANÁ.

Editorial do dia 23 de agosto de 1995, no Jornal do Paraná, da Rádio Exclusiva FM."

Foi inspirado exatamente neste Editorial, Senhor Presidente, que a nossa pessoa, mais a pessoa do eminente Deputado Zucchi, propomos que seja aprovado esse Requerimento, e que seja transcrito nos Anais desta Sessão aquele Editorial. Acho que são essas causas que nós devemos brigar, é em cima desses paranaenses, que sem mandato político, quer eles sejam jornalistas, quer sejam radialistas, quer sejam profissionais liberais, quer sejam partidários ou não partidários, quer seja eles empresários ou quer sejam eles funcionários, mas são essas pessoas que nós, como políticos e como representantes de uma facção da nossa comunidade, do nosso Estado, devemos dar ouvidos, e é por isso que digo para que nos unamos em termos de interesse do nosso Estado e deixemos a politicagem de lado. A época de fazer grandes discursos, demagógicos ou não, é a época da eleição, agora temos que trabalhar em favor do nosso Estado, assim como nós o fizemos e assim como o Governador do Estado, Jaime Lerner, tem feito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças. PSDB.  
(Declina).

PT.

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no semestre que passou, teve alguns momentos importantes, que discutiu-se

alguns problemas fundamentais para a vida do povo do Paraná, em especial quando se debateu aqui a questão agrícola, a questão agrária. Logo no início deste ano, o Presidente do Banco do Estado, em função da nova política econômica do Estado do Paraná, decidiu acabar com um plano, que era o plano "Panela Cheia", um plano que previa a equivalência de produto para o pagamento de dívidas, de financiamentos, de insumos e de fomento para o pequeno agricultor no Estado do Paraná.

Neste semestre, o Governo Federal, numa atitude inusitada na política brasileira, tratou uma categoria que tem um valor fundamental para a vida social e econômica do nosso País, que são os petroleiros, com uma determinação e com uma atitude tão despótica, que nem na época da Ditadura Militar se assistiu tamanha arrogância por parte do Governo Federal, impondo aos petroleiros uma derrota, uma humilhação perante a população do Brasil inteiro.

Esta derrota dos petroleiros teve dois conteúdos. Em primeiro lugar, tentar desarticular a sociedade civil organizada, o movimento sindical, os trabalhadores que no seu sindicato se organizam para lutar e defender os seus direitos, que naquela oportunidade lutavam para defender direitos de um acordo assinado pelo próprio Governo. E por outro lado, outro conteúdo desta ação violenta por parte do Estado, se deve a política de privatizações desencadeadas pelo Governo Federal e que tem como escopo, tinha como escopo a aprovação das emendas constitucionais que previam a flexibilização dos monopólios do petróleo, de energia, das telecomunicações, o Estado, o Governo dizendo que é importante, neste momento, para dar eficiência, dar competitividade à indústria brasileira, que o Estado deveria se retirar da indústria, do campo econômico, o Estado deveria se preocupar com as questões mínimas fundamentais da sociedade, ou seja: educação, saúde, política de habitação e assim por diante.

No entanto o Brasil todo, na semana passada se viu surpreso, por uma ação que foi um embate político...

Deputado Anibal Khury, porque o Presidente da República, depois de negar tudo o que disse durante seis meses, a respeito dos problemas fundamentais do país, da política de privatizações, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, ficou de joelhos perante a arrogância de um coronel ligado ainda às oligarquias e a um passado mais negro da época feudal do nosso País, o Senhor Antonio Carlos Magalhães. O Senhor Antonio Carlos Magalhães, numa semana anterior teria passado um vexame ao Ministro José Serra, de que as privatizações estavam andando em passos de

tartarugas neste País, ele foi o primeiro a gritar perante o povo brasileiro, de que o Governo Federal deveria rever a intervenção no Banco Econômico.

Ora, o Presidente da República, depois de aceitar todos os argumentos levantados pela CLC Bahiana, vem à Nação dizer que o acordo não tinha sido firmado e que não tinha sido bem isto mas que o Fernando Henrique Cardoso e a equipe econômica tinha acertado com o Senhor Antonio Carlos Magalhães.

Ora, Deputado Orlando Pessuti, se o Senador Antonio Carlos Magalhães, no dia seguinte foi ao Palácio acompanhado da Bancada da Bahia para agradecer ao Presidente da República pelo acordo firmado entre o Banco Central e o Governo Brasileiro que iria injetar dinheiro num banco falido, num banco que está sendo hoje manchete de corrupção, desvios de verbas para os paraísos fiscais do Caribe. Se o Senador Antonio Carlos Magalhães soubesse que na noite anterior o Presidente teria dito para ele: - Antonio Carlos, olha, vamos dar um jeito, mas não vai entrar dinheiro nenhum do Governo, o Banco Central não vai depositar nenhum tostão.

Quem acredita que o Presidente disse isso? É claro que não disse. É claro que o Presidente Fernando Henrique cedeu e não ceder, comprometeu a lisura, comprometeu a autoridade do Presidente da República. E mais ainda, ficou desautorizado perante as forças políticas e sociais do nosso País para o plano de privatizações que acontecem no nosso País.

E a surpresa que assistimos ontem, na publicação do Jornal Indústria Gazeta Mercantil, o Governo do Estado do Paraná apresentou uma fórmula para salvar a INPACEL. Para quem não sabe, a INPACEL é de propriedade do Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, Ministro da Agricultura. A INPACEL foi construída com financiamento de dinheiro público, com juros de 7% ao ano, vindo do BNDES, repassado pela Caixa Econômica Federal, um montante de 500 milhões de dólares.

Dizem as línguas boas por aí, que na construção da INPACEL, foram utilizados os 500 milhões de dólares, sendo que 1/3 desse dinheiro foi para construir a INPACEL. O resto desse dinheiro caminhou pelos circuitos negros da política no nosso país.

Pois bem. Assistimos hoje o nosso Governador Jaime Lerner afirmar que mesmo com o problema de arrecadação do ICMS do nosso Estado, está fazendo uma campanha que custa 4 milhões de reais para veicular uma campanha na televisão, fazendo com que cidadão cobre nota fiscal e depois possa ajudar o Governo a arrecadar e a combater a sonegação.

O Governo vem dizer para os funcioná-

rios públicos que não tem um centavo para poder melhorar as condições de salário dos servidores do nosso Estado. Diz aos professores que não pode pagar 4% ao mês durante os três anos de mandato do Governo para repor as perdas salariais dos professores.

O Governo do Estado diz que a receita caiu no último mês, perto de 18%. Ora, questionei o líder do Governo que os números são falsos, que os números são mentirosos, que está sendo armada uma campanha para desinformar o povo do Estado do Paraná e é com surpresa que assistimos o Governo do Estado fazer uma artimanha, junto com o Grupo BAMERINDUS, para salvar a INPACEL, que está com passivo na ordem de 723 milhões de reais.

Pergunto, Deputado Algaci Túlio, que neste momento me vira as costas, aonde está a coerência deste Governo que não tem 4% de arrecadação de ICMS para ajudar aos professores e à educação do nosso Estado, mas tem capacidade, criatividade, energia e consegue articular os empresários e consegue salvar a INPACEL em 723 milhões de dólares. Aonde está essa mágica? Como essa operação está sendo feita? Algum Deputado aqui sabe como é que está sendo feita essa manobra para salvar a INPACEL com dinheiro público? ICMS não é dinheiro público? Não é recurso que tem que estar sendo investido para a construção de hospitais? Não é recurso que tem que estar sendo investido para melhorar a educação do nosso Estado? Aonde estão os recursos?

Sei para onde estão indo os recursos. Os recursos começam a aparecer. Ainda bem que a imprensa no Brasil começa a ter um papel fundamental na construção da consciência do que é público e do que é privado.

Quero saber, quais são os benefícios sociais que essa operação de salvaguarda da INPACEL vai trazer para o povo do Paraná. Mais do que isso, Deputado Algaci Túlio, espero que desta vez não se utilize dos argumentos de cunho político que foram utilizados para negar os requerimentos do Deputado Romanelli, porque estou colocando um pedido de informações e amanhã estarei requerendo a presença do Secretário de Finanças, para explicar, porque não sou eu que quero saber o povo do Paraná e a consciência dos brasileiros querem saber como é que esta operação em relação ao salvamento da INPACEL junto com o Governo do Estado, com verbas públicas, está sendo feito no nosso Estado. Não podemos permitir mais que essas questões sejam tratadas a "sete chaves" no gabinete do palácio Iguazu ou no gabinete da Presidência do Grupo BAMERINDUS.

É preciso que o povo do Paraná saiba para onde são canalizados os recursos

**Curitiba, quarta, em 23.08.95**

públicos. São impostos pagos pelos brasileiros, paranaenses que aqui vivem, os filhos da família brasileira e paranaense, que aqui trabalham, que aqui labutam, não sonegam, pagam imposto e estão vendo os seus recursos serem drenados para salvar talvez uma grande e péssima administração que foi colocada na INPACEL.

Não são ônus do povo brasileiro, do Paraná, os problemas que aconteceram na INPACEL, mais do que isso. É mais grave a situação. O Banco BAMERINDUS - há suspeitas, não adianta dizer que não - de que há problemas financeiros gravíssimos no Grupo BAMERINDUS, no Banco BAMERINDUS e a operação INPACEL está acobertando uma manobra para inclusive, também, ajudar o Banco BAMERINDUS do Estado do Paraná.

O Sr. Nelson Justus - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Estou ouvindo com muita atenção o pronunciamento de Vossa Excelência, e o respeito muito, não só pela maneira como Vossa Excelência se porta frente à Liderança do PT, mas principalmente frente à Liderança do Partido dos Trabalhadores, mas, principalmente, pela maneira correta com que tem se conduzido. Não posso em momento algum concordar com grande parte do seu discurso. Concordo perfeitamente que no momento em que o Estado busca diminuir ou arrecadar cada vez mais, o Estado tem a preocupação, primeira, de satisfazer os seus cofres públicos. Daí a dizer da não importância de uma empresa como a INPACEL em nosso Estado, na criação de empregos e na pujança com que desenvolveu-se dentro daquela região no Norte do Estado. Existe uma diferença muito grande.

Se a INPACEL possui passivos ou dificuldades financeiras, não nos cabe, neste momento, analisar esta questão. É evidente que não cabe ao Estado salvar a INPACEL, da mesma forma que não cabe ao país salvar o Banco Econômico. Como também não cabe a um Deputado da envergadura do Deputado Ângelo Vanhoni jogar palavras ao vento, de que o próprio Grupo BAMERINDUS estaria passando por dificuldades. Não é verdade. Apenas, concordaria, se Vossa Excelência me trouxesse balanços ou balancetes do próprio Grupo BAMERINDUS. O que, algumas linhas distorcidas queiram hoje, apresentar dificuldades aos bancos e aos bancos todos podem estar passando dificuldade. Mas a responsabilidade de um Deputado ocupar a tribuna tecendo palavras perigosas a uma instituição financeira do nosso Estado, realmente não é bom. Não fica bom nem para nós, Deputados, nem para o nosso Estado e muito menos para o Deputado Ângelo Vanhoni.

Tenho certeza, conhecendo a maneira

correta com que o Governo Lerner tem suportado, e se propõe a suportar durante esses 4 anos, em hipótese alguma o Governo Lerner iria se arriscar em uma operação que viesse a macular a sua imagem e prejudicar, principalmente, a tão difícil situação financeira em que se encontra o nosso Estado. Não iria o Governo Jaime Lerner em busca de salvar uma entidade privada como a INPACEL, se valer dos seus cofres públicos. Por esta razão, Deputado Vanhoni, é que temos sempre que nos preocupar muito com aquilo que dizemos. Na busca dos números certos, das definições certas, dos atos certos.

É evidente que cabe ao Deputado a denúncia, mas não a denúncia que venha prejudicar esta ou aquela entidade, muito menos uma região inteira e principalmente o governo e, acima de tudo, o nosso Estado.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Deputado Nelson Justus, é que o Banco BAMERINDUS participa da empresa INPACEL e corre no mercado financeiro que uma linha de crédito para financiamento de pequenos e médios empreendimentos industriais, teve problemas gravíssimos nesse último semestre. Acho que dá para dizer que é relação com o que aconteceu com todos os outros bancos no resto do Brasil.

Não quero lançar essa suspeita sobre o Banco. Não é esse o meu objetivo sobre este debate.

(Vozes paralelas)

Mas aceito a suspeita, não tem problema nenhum. Se o Ministro quiser me processar, não tem problema nenhum. Acho que não vou, com minhas palavras, abalar o mercado financeiro nacional em função do que disse a respeito do BAMERINDUS. Vossa Excelência sabe o peso que tenho na política e na história econômica do nosso País.

Mas gostaria de dizer ao Deputado Algaci Túlio: Deputado Algaci Túlio, enquanto esta operação de salvamento da INPACEL, via Governo do Estado...

O Sr. Algaci Túlio - Pedi-lhe um aparte, Deputado, permite-me?

O SR. ÂNGELO VANHONI - Deixa eu terminar...

(Discussões paralelas)

Cedo-lhe o aparte na hora oportuna. Vossa Excelência mantenha a compostura de Deputado como sempre manteve...

(Vozes paralelas)

Vossa Excelência mantenha a postura de Deputado democrático como sempre manteve. Cansei de lhe pedir apartes, enquanto Vossa Excelência estava com seus dez minutos na Liderança do Governo e nunca concedeu-me cinco minutos.



**(Vozes paralelas)**

Vou conceder-lhe o aparte. Obrigado, Deputado Algaci Túlio. Vossa Excelência deve respostas ao Estado do Paraná. Foi publicado uma matéria na Gazeta Mercantil de que o Governo do Estado está promovendo uma operação para salvar a indústria INPACEL que tem um prejuízo de 723 milhões de reais, com dinheiro do ICMS. O Estado do Paraná está negando 4% aos professores, o Estado do Paraná, e o senhor tem vindo na tribuna dizer que precisa arrecadar, que o Estado está falido, que não tem dinheiro para atender Prefeito, que não tem dinheiro para atender merenda escolar, que não tem dinheiro para atender a agricultura do nosso Estado e no entanto tem esta notícia circulando no Brasil inteiro. É obrigação sua e do seu Governo vir aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e esclarecer o conjunto da população.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência concede-me um aparte agora?  
(Assentimento)

Gostaria que Vossa Excelência me dissesse em que momento Vossa Excelência ouviu do Governador qualquer informação que ele vai salvar a INPACEL?

**(Vozes sobrepostas)**

Vossa Excelência está jogando uma verdade. O jornal está dizendo, mas não disse em momento algum que o Governador confirmou isto. É muito fácil colocar um pronunciamento de Vossa Excelência neste momento, no tom emocional. Agora mostre onde o Governador fala na matéria, fala nesta matéria da Gazeta Mercantil que ele vai salvar a INPACEL?

O SR. ANGELO VANHONI - Vossa Excelência vive com o Governador todos os dias. Eu não vivo. Tenho as informações que o povo do Paraná tem. Tenho a imprensa e a imprensa...

**(Vozes sobrepostas)**

Um jornal da envergadura da Gazeta Mercantil merece credibilidade. Nem a sua...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o tempo de Vossa Excelência. Concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. JOCELITO CANTO (Questão de Ordem) - Só gostaria de saber, Senhor Presidente, se estamos no horário das Lideranças, porque agora há pouco o Senhor negou o pedido de eu liberar o horário para o Deputado Vanhoni, sendo que agora há pouco mesmo o Deputado, o mesmo Vanhoni, usou o horário do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Depu-

tado Vanhoni usou o horário do PSDB. O Senhor sendo anunciado antes de pedir a palavra aqui, ia usar o horário do PSDB, de concordância e Vossa Excelência parece que não é mais Líder também, não é? Vossa Excelência entrou com requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO - Exatamente, por isso mesmo que gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então, cessa tudo quando a antiga musa canta. Tem a palavra o Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados, subindo mais uma vez a esta tribuna da Casa, em primeiro lugar para registrar a presença do Diretor da Faculdade de Campo Mourão, o Marcos, Vereador de Barbosa Ferraz, também aqui nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Nelson Tureck, gostaria de anunciar a presença do Superintendente do INCRA, Dirceu Rodrigues, e de seu assessor, Rodrigo Proença, e mais do Alex Canziani, Vereador; do Cícero Teixeira e Luiz Carimati, Presidente da AVEMPAR, de Ibiaporã. Obrigado.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados, ouvindo atentamente ontem os pronunciamentos dos Excelentíssimos Deputados, que defendem o Governo, Deputados da Oposição, com todo o respeito, porque realmente a Oposição ela tem que fazer as devidas providências para pedir explicações através de requerimentos e nós como somos do Governo, que defendemos o Governo, através do Líder desta Casa que é o Deputado Algaci Túlio, que nós temos o papel de defender o Governo e rejeitar esses requerimentos porque entendemos e sabemos das preocupações e dos problemas do Governo do Estado do Paraná.

Queria aqui deixar um registro um testemunho Srs. Deputados, que quando dizem que o Governo do Estado do Paraná está perseguindo os Prefeitos, é uma das maiores inverdades, das maiores mentiras que existe quando ouvimos Parlamentares dizer que existem "listas do Schindler", que existe "lista negra", ou que existe "lista do santinho", ou das "estrelinhas" ou as "listas do X".

Quero dizer uma coisa, o Governo do Paraná tem atendido a todos os Prefeitos Municipais. Quando vi uma matéria na "Folha de Londrina" dizendo a respeito do sinal vermelho que existe no Governo do Estado do Paraná, aonde citou o exemplo do Município do Farol, aonde citou o exemplo do Município de Rancho Alegre que pertence



Curitiba, quarta, em 23.08.95

à região da CONCAN, e que naquela oportunidade só o Município de Farol do Oeste, já com liberação de verba do asfalto que já foi concluído, liberação de verba para a construção de casas populares, escolas e adequação de estradas através do "Paraná Rural".

Queria dizer uma coisa aos Srs. Deputados, a política se faz com coerência, com sinceridade, com transparência, é isso que o povo brasileiro, que o povo do Paraná quer que seja dito; porque a política daqueles que são contrários, que rezam para que aconteça uma catástrofe, para que caia chuva de pedra, para que o agricultor vá mal, para botar a culpa no Governo. Esse tempo, essa política já passou, não só no Brasil, mas também no Estado do Paraná.

Quero dizer aos Srs. Deputados, o Governo do Estado do Paraná assinou na última sexta-feira 23 convênios com o Banco Mundial da construção de escolas, aonde o Município de Roncador, que é do PMDB, foi beneficiado com uma escola de 1400m<sup>2</sup>, ao Município Terra Boa, foi agraciado com uma escola de 1214m<sup>2</sup>, o Município de Juranda, que também foi do PMDB, foi agraciado com uma escola de 1174m<sup>2</sup>.

Porque dizer que o Governo está perseguindo, isso não existe. Hoje ainda estivemos com o Governador no Palácio, e o Governador dizia: "Estou aqui para ser o Governador de todos os paranaenses, o Governador de todos os Prefeitos do Paraná". É só assim que queremos e vamos conseguir construir um Paraná melhor, com uma política verdadeira; política dor de cotovelo não vai para a frente. Precisamos nos unir, somar e ver o que é bom.

Tanto se falou do Canal Extravisor, tantos comentários que foram feitos e que não deu em nada, só politicagem, e agora vemos novamente falar em lista. Temos coisas mais importantes para olhar, para trabalhar por este Estado do Paraná.

O Sr. Duílio Genari: V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Gostaria que com referência dessa lista, que não acredito que exista, mas se existir acho que não está sendo executada porque todos os Prefeitos de vários Partidos da minha região estão sendo atendidos pelo Governo. Mas tenho um orgulho muito grande de ter sido Prefeito, Vereador de 1972 para cá.

Conheci a lista do Nei Braga, de Jaime Canet, Álvaro Dias, Roberto Requião e essa não conheço, não sei se existe. Se existir apenas tem uma diferença, aquelas tinham um "x", "xx", "xxx" e essa tem uma estrela, duas estrelas e três estrelas.

O SR. NELSON TURECK - Obrigado pelas pala-

bras.

E dizer uma coisa, a maior demonstração de carinho, de afeto e de amor ao povo trabalhador, senti na última semana quando foi feito o levantamento da implantação das casas do Governo, que são as casas que são feitas hoje para a Prefeitura, que é o Programa "Vila Rural", aonde depois que essa senhora, esse pai e as crianças que foram agraciadas postaram as mãos para o céu: "obrigado Senhor, por nos iluminar, para podermos ter a nossa casa"; e para deixar registrado o Prefeito de Barbosa Ferraz não apoiou o Governo Jaime Lerner, foi Álvaro Dias, e está lá a Vila Rural, Sr. Presidente, o Prefeito de Altamira do Paraná, apoiou Álvaro Dias e está lá liberada uma Vila Rural para aquele Prefeito.

É isto que queremos do Paraná e o nosso Governador irá estender a mão para todos, porque essa é a política, não é política de divisão, essa é a política de somar, é a política de amor pelo povo do Paraná e continue assim Governador porque o povo vai se honrar de você com os seus Programas.

Aquele que fala é porque realmente não tem condições e muitas vezes não pode mostrar o trabalho, mas nós, graças a Deus, Sr. Presidente, o Paraná vai se orgulhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado João Techy.

O SR. JOÃO TECHY - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou aproveitando o horário da Liderança para falar a respeito do requerimento pedindo, convidando o Diretor do Hospital de Clínicas para ele vir aqui e apresentar os problemas daquele hospital.

O Hospital de Clínicas, todos os Deputados sabem, atende a pacientes de todo interior do Paraná, cada vez mais por causa dos poucos recursos daqueles hospitais, das casas de saúde de todo o interior, inclusive também de Santa Catarina e ele vai vir aqui apresentar o programa de arrecadação e falar a respeito também de um projeto também para esta Casa, uma sugestão que se faça alguma coisa também com a verba pública e estadual para acudir também aquele hospital.

É importante que os Deputados que sempre têm utilizado aquele hospital para encaminhar seus pacientes das suas regiões e que hoje sabem da dificuldade daquela diretoria, então logicamente vão atender a este requerimento convidando o atual diretor Mário Sérgio, logicamente vamos saber da parte dele como é que andam as questões.

A dívida lá anda em torno de 19 milhões e alguma coisa tem que ser feita. No

início do ano era 12 e assim por diante até chegar nesse valor.

É difícil de resolver esse problema rapidamente, mas alguma questão tem que sair numa discussão com os Parlamentares daqui, Parlamentares da Câmara Federal para ver se há algum recurso extra, seja o que for para melhorar a condição de todos os hospitais, assim como o Hospital de Clínicas.

Não vou estar aqui na terça-feira, mas os Deputados vão atender, principalmente o meu colega Luiz Accorsi, que vai acompanhar o pessoal e inclusive o diretor.

Também quero falar a respeito desse meu projeto de técnicas agrícolas para cursos de primeira a oitava séries no interior, aonde precisamos divulgar bastante o conhecimento, as novas técnicas para a agricultura. É importante que isso seja aprovado, porque deverá ser feito logicamente um estudo posterior para se colocar essas matérias que irão beneficiar bastante as escolas do interior com essas matérias de técnicas agrícolas e também de meio ambiente, onde é importante se esclarecer essas matérias.

Portanto, esse é o meu recado de hoje e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado do PSC.

A Mesa anuncia aqui a presença dos alunos do 2º ano de formação de Programação de Oficiais da Polícia Militar pertencentes à Academia Policial do Guatupê, sob a orientação do 1º Tenente Anselmo José de Oliveira, professor da cadeira de Direito Constitucional. Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Rompo um pouco aquele silêncio que estava fazendo nesta Casa, para primeiro comunicar aos Senhores Deputados e essa Presidência, que a partir de hoje - onde lia-se Bloco Parlamentar do PTB com o PSC passa-se a ler a partir de agora PSC sozinho. A partir de hoje, continuaremos trabalhando sem bloco. O PSC passa a trabalhar como iniciou: sozinho e sem bloco, de acordo com encaminhamento que fiz a esta Casa há dois dias, já pedindo desmembramento desse bloco, passando a voltar o que era antes.

Senhor Presidente, mesmo que sozinho, líder de mim mesmo, mas com muita vontade de continuar trabalhando e com muita dignidade de denunciar as coisas erradas nesse Paraná, mesmo que elas nos custem até o apelo que o Governo tenha, tenhamos oferecido a esse Governo, por ocasião dos nossos primeiros meses de Parlamento. Denúncias que devem ser feitas, mas não como

demagogia política, mas sim, para mostrar que Deputado eleito pelo povo do Paraná tem que cumprir primeiro uma das suas funções, fiscalizar e criar as leis para o bem estar do Paraná.

Eu olhava com muita atenção o discurso do Deputado Vanhoni, quando o Deputado Vanhoni disse neste Parlamento, baseado numa fonte jornalística, baseado num jornal, e já tive um atrito com a imprensa e faço parte dessa mesma imprensa, e dizia que precisamos acreditar na imprensa e acreditar na imprensa, mas a imprensa séria, a imprensa que não seja feita da forma marrom, como alguns fazem.

Senhor Presidente, acompanhando o discurso do Deputado Vanhoni, e lendo as páginas do Jornal Tribuna de hoje, vi uma matéria que me chamou a atenção - que o Governo do Estado iria socorrer a INPACEL. Ou o jornal está mentindo, está faltando com a verdade, ou o Governo realmente afirmou que vai fazer isso. Alguém neste momento, e temos que exigir que a verdade seja dita, não só através deste Parlamento, mas através das páginas da imprensa deste Paraná.

Não se pode mentir, não se pode enganar, e quando o Deputado Vanhoni sobe à tribuna e diz que o Governo do Estado vai ajudar a INPACEL, me doeu o coração, porque estou há vários dias esperando uma resposta de Sua Excelência quanto à nossa IMPAR de Ponta Grossa e para mais intranquilidade minha, pego o jornal de Ponta Grossa que acompanhou a estada de Sua Excelência em Ponta Grossa, Jornal da Manhã, e vejo que o Secretário do Governo, o homem que diz que pensa o Paraná, foi à Ponta Grossa falar besteira. Está escrito nas páginas. Foi dizer que houve um leilão e agora o BADEP iria administrar a IMPAR e com isso ficava mais fácil se resolver o problema da IMPAR em Ponta Grossa.

Esqueceu-se de que aquela empresa tem um proprietário e no momento em que isso acontecer, este proprietário vai derrubar este tipo de atitude desses leilões, como já derrubou o leilão e o Secretário estava mal informado e não sabia e disse lá em Ponta Grossa que havia acontecido um leilão e o leilão havia sido cancelado.

Então, alguém que está planejando o Paraná, está desinformado e estou torcendo que se resolva logo isso, porque a IMPAR, se continuar com esse tipo de coisas, daqui a pouco o proprietário desta empresa vai entrar na justiça, vamos ficar mais cinco anos com a IMPAR parada e lá, muitas pessoas sem emprego e quando precisamos apenas de um apoio do BANESTADO.

Quero acreditar, Senhor Presidente, e quando ouço as palavras do Deputado Vanhoni, fico entristecido, mas não quero acreditar que isso vai acontecer. Estou aqui

confiante que não vai acontecer isso, porque temos a 100 km uma fábrica parada, uma fábrica esperando para gerar impostos para este Paraná. Estou aguardando a hora e não acredito que aconteça isso, mas daonde surgiu essa notícia? Daonde vem a fidelidade dessa notícia, que vários jornais publicaram no Paraná?

Então, Senhor Presidente, gostaria de encerrar as minhas palavras aqui e dizer que não acredito que o Governo do Estado vá fazer isso com a INPACEL e também não acredito que ele vai deixar de amparar esta empresa em Ponta Grossa e que o Secretário de Planejamento, que ninguém aqui parece ter coragem de enfrentá-lo. Eu tenho. Que ele esteja mais a par do que ele está fazendo, porque ele está recebendo um salário pago pelo povo do Paraná e pelos votos conseguidos em Ponta Grossa do Governador do Estado, que ele pelo menos, saiba o que diz, que quando for para a imprensa, diga, com respeito, diga para o povo o que está acontecendo e não minta, principalmente ao povo do Paraná e de Ponta Grossa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a Liderança do Governo. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, temos que diferenciar bem a situação. Temos o caso da INPACEL, temos o caso da IMPAR. Primeiro, que no meu entendimento, Deputado Jocelito, não há a mínima comparação entre uma e outra. Uma já está falida há muitos anos. Briga ainda com relação ao extinto BADEP e tenta quase que na base da pressão, fazer com que o Governador do Estado, um homem sério, se sujeite a uma pressão para acertar a situação desta empresa.

A outra é uma notícia da imprensa que em momento algum fala que o Governador Jaime Lerner vai injetar dinheiro ou vai isentar ICMS da INPACEL e ainda a terceira situação que é a imparcialidade deste Governo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Não podemos aceitar determinados tipos de críticas sob pena de que, em determinado momento, se leve até para o lado pessoal. Não é este o desejo do Líder do Governo que tem procurado colaborar com os Senhores Deputados, com a própria Casa. Trazendo aqui Secretários, aprovando Pedido de Informações, procurando valorizar a Casa. Mas, de repente, me parece, que a Oposição ou parte da Oposição não encontrou o caminho das pedras. Não encontrou talvez um rumo, deve estar, ainda, desorientada ainda com o resultado das eleições. E se agarra numa determinada lista que não é verdadei-

ra, que nós já repicamos aqui. E a Assembleia - como disse o Deputado Élio Rusch - com tantos outros problemas mais importantes fica aqui em debate histórico atrás da tal lista.

Passo a partir da semana que vem, e peço aos companheiros de Plenário que me aguentem, virei aqui, vou me inscrever dia sim, dia não e se for possível todos os dias, para esgotar rapidamente a matéria, para não cansá-los e virei aqui, todo dia, 30 minutos e se não for suficiente peço o Horário da Liderança, peço a Liderança do meu Partido para que possamos mostrar o que é que este Governo fez em 6 meses.

Tenho aqui e isso aqui é só da FUNDEPAR. Isto aqui é só material da FUNDEPAR, está aqui à disposição e vou começar a relatar a partir da semana que vem. Para mostrar e talvez para colocar a máscara, de volta, e peço aqui desculpas porque o Deputado não está presente, mas ontem disse que caiu minha máscara. A minha máscara só uso em período de carnaval e tenho orgulho de ser um carnavalesco. Talvez tenha sido um dos únicos políticos neste País com coragem de subir num carro alegórico, no carnaval de Curitiba e desfilar. Esta coragem eu tive. Talvez muitos políticos não tenham mas eu tive. Então quero dizer que a minha máscara não caiu porque só uso máscara em período carnavalesco. E que a partir de agora começo a recolher das Secretarias e vou relatar aqui. Se os Srs. disserem que não têm paciência fica ao critério dos Srs. Parlamentares.

Mas queria também dar aqui, Sr. Presidente, algumas respostas para que não digam que a Liderança do Governo ouviu e ficou calada. Esta Liderança às vezes não tem participado muito do debate porque os companheiros Parlamentares das Bancadas de coligação tomam os momentos importantes do debate. Não em defesa do Governo porque não comete atos irregulares. O Governo que não é omissor não tem porquê precisar de defesa. Mas ele vem aqui para esclarecer.

Por exemplo: o Deputado Irineu Colombo foi à tribuna e leu uma carta do Prefeito de Londrina, Luiz Eduardo Cheida e vejo de repente na "Folha de Londrina", ou a carta não foi escrita sem conhecimento do Prefeito, alguém fez em nome do Prefeito ou não procuraram se preocupar com a declaração que o Prefeito deu no jornal "Folha de Londrina" no dia de hoje: "Cheida propõe relatório sobre os investimentos". E mais adiante: "Cheida titular da única prefeitura petista do Paraná disse que não sentiu nenhum desprestígio por parte do Governo Estadual. Embora esteja a espera de mais recursos." Ou sou mentiroso ou o Prefeito, ou alguém mentiu.

Não quero acreditar que o Prefeito te-

na feito esta carta, alguém fez e o Prefeito não sabe o que assinou. Acreditou na sua assessoria porque ele está desmentindo ele próprio o que está escrito hoje no Jornal "Folha de Londrina".

O Sr. Irineu Colombo: São coisas diferentes, Deputado, são coisas diferentes.

O SR. ALGACI TÚLIO - Além do mais dizer que o Prefeito Cheida não recebeu nada deste Governo, que não foi atendido por este Governo, até não queria chegar neste ponto Deputado Colombo, de dizer que talvez o Prefeito Cheida tenha faltado com a consideração com este Governo, que já foi à Londrina por umas três ou quatro vezes, se não mais até, e tem ido na própria Prefeitura de Londrina asinar convênios e levar recursos para Londrina.

No entanto essa reciprocidade do Prefeito de Londrina não acontece com o Governador Jaime Lerner. Não veio até hoje, uma única vez, o Prefeito de Londrina, ao Palácio Iguazu que está aberto a todos os Prefeitos, de todos os Partidos. O Prefeito de Londrina tem recebido verbas e tem até à disposição lá na SEDU, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, tem verbas à disposição, mas há algum problema lá em Londrina que não cabe a mim explicar, talvez amanhã V. Exa. possa explicar em nome do Prefeito o que está havendo com algumas...

O Sr. Irineu Colombo: Se me der um aparte, eu explico, Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Na sequência, Deputado.

Talvez esteja acontecendo algum problema com licitações lá em Londrina, porque a verba está disponível, inclusive, na SEDU. O Prefeito assinou, vejam bem, o Jaime nem sequer começou a sentir o Governo em janeiro deste ano já tinha convênio assinado com a Prefeitura de Londrina. Não importa se é do Governo passado, não importa. O Governador atual poderia segurar, acertar em cima, fica lá e tudo bem. Mas não. Em janeiro Londrina assina convênio com o Governo do Estado do Paraná. Pavingamento urbano na ordem de quase dois milhões de reais, assinou convênios para obras de creches, convênios com casas que o Governador foi em Londrina levar o convênio para a construção de casas populares lá em Londrina, convênios na área da educação, convênios junto a FUNDEPAR.

Aliás, quero até, só aproveitar aqui, Deputado Colombo, quero achar aqui na ordem alfabética, onde está aqui Londrina, para não ser cansativo, mas mostrar a V. Exa. que Londrina, vejam bem aqui, uma página inteira de atendimento à Londrina nesses primeiros seis meses.

Podem até dizer, mas não foram grandes recursos, não foram grandes obras, mas pergunto: quem está fazendo grandes obras? O Prefeito de Londrina está fazendo? O Presidente da República está fazendo? O Governo do PT de Brasília está fazendo? Está parado lá o Metrô que não é obra iniciada por ele mas ele também não pode concluir. Então precisa ter cuidado naquilo que se fala. Está aqui à disposição, atendimentos somente da Secretaria, somente da FUNDEPAR. Não trouxe ainda das outras Secretarias. V. Exa. me perguntava de Medianeira, vou lhe responder agora na sequência também, Município de Medianeira, se tiver algum mais, enquanto acho Medianeira, pode me perguntar que vou tentar localizar. Aqui na FUNDEPAR, na verdade, Medianeira não tem. Estou sendo honesto com V. Exa.. Talvez Medianeira não tenha procurado a FUNDEPAR até agora para pedir alguma coisa. Mas peça um outro Município que lhe darei a resposta aqui.

Isto aqui é só FUNDEPAR.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V. Exa. está com o tempo encerrado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Só vou concluir, Sr. Presidente.

E até para que possa atender o aparte do Deputado Colombo, para não dizer, como disse o Deputado Vanhoni, que não tenho dado aparte à Bancada do PT, o que não é verdade.

Tem o aparte V. Exa..

O Sr. Irineu Colombo - Obrigado, Deputado.

Quero esclarecer o seguinte: a carta do Prefeito Cheida é uma manifestação política. Em nenhum momento da carta ele reclama de repasses ou atendimento do Governador, em nenhum momento que li, e em nenhum momento citei isto também. É uma manifestação que ele não concorda com este tipo de política manifestada pela imprensa com relação àquela famosa lista. Posicionamento político não se confunde com relações administrativas que o Município de Londrina, seja que Prefeito for, que tenha com o Governo do Estado, seja que Governador for. Então, esta é a relação que precisa ser distingüida.

Eu não tenho procuração...

O SR. ALGACI TÚLIO - Então, Vossa Excelência não agiu corretamente quando usou aquela tribuna e em cima de uma discussão sobre a estrela vermelha, estrela azul, estrela roxa...

O Sr. Irineu Colombo - É a estrela da bandeira de Londrina.

O SR. ALGACI TÚLIO - Utilizou esse docu-

mento. Vossa Excelência não agiu corretamente neste sentido.

Quero concluir. Senhor Presidente quero responder que Medianeira, até não está aqui nesse relatório da FUNDEPAR, mas vou lhe informar que Medianeira na outra relação que tenho aqui da FUNDEPAR, vou lhe dar a resposta já na seqüência, Medianeira teve também obras atendidas pela FUNDEPAR aqui Colégio Olavo Bilac, uma série de atendimentos também aqui, e no mês de julho também. Quer dizer, não deixou de ser atendido.

O Sr. Sâmis da Silva - Vossa Excelência concede-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Algaci só que aqui que não se cometa injustiças com a própria FUNDEPAR, com a Diretoria, com relação a Medianeira. Segunda-feira, numa audiência com o Diretor-Técnico da FUNDEPAR, Doutor Antonio Celso e o Doutor Jair, que é o responsável pelo setor de engenharia da FUNDEPAR, tivemos com o Prefeito de Medianeira lá, o Deputado Irineu Colombo não pôde estar presente na oportunidade, tinha alguns compromissos, e acertamos lá com a Escola Estadual Ulisses Guimarães, que é um convênio entre a FUNDEPAR e o Município de Medianeira, assinado no Governo passado, o Prefeito assinou um aditivo com eles no valor de setenta e oito mil reais com a FUNDEPAR para que o município tenha fôlego e obra não pare.

As medições estão em dia, veio agora no dia 14 de agosto uma medição do DECON para o 11.<sup>a</sup> parcela dessa Escola Estadual Ulisses Guimarães, geralmente as parcelas na FUNDEPAR tem levado em média sessenta dias, ele adiantou ao Município de Medianeira, colocou na programação para Medianeira essa parcela que veio do dia 14 para o dia 05 de setembro o pagamento, e esse aditivo foi assinado para sair em três parcelas.

Então, até para que não se cometa injustiça com a FUNDEPAR, embora o Deputado Colombo tenha acompanhado lá junto conosco e não pôde estar presente nessa oportunidade de segunda-feira, e não tem ainda a informação de última hora do que aconteceu. Era o que eu tinha a lhe informar Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte. e aliás quero lembrar ainda o Deputado Colombo que nesta semana ainda, ou na semana passada, Londrina assinou outro convênio com a FUNDEPAR também. Então, quero só concluir Senhor Presidente, estão aqui na Casa companheiros que fazem parte da Ouvidoria Geral do Estado, estão trazendo para entregar aos Senhores Parlamentares um trabalho feito com muito carinho, com

muito respeito, com muita técnica e com muita inteligência, da situação do Estado do Paraná, Prefeituras, de Câmaras Municipais, de Assembléia Legislativa, de Congresso Federal, do Senado.

Tudo aquilo que diz respeito ao Estado do Paraná está nesse material que os nossos companheiros da FUNDEPAR estão trazendo hoje aqui na Assembléia Legislativa. Eles estão aqui a disposição, o companheiro Henrique está aqui em nome do João Elias para fazer a entrega aos Senhores Parlamentares. ou aqui no Plenário, ou no gabinete, mas fará a entrega a Vossa Excelência, Senhor Presidente, oficialmente um desse relatório na continuação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Considerado recebido.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - Só gostaria, já que o Deputado Algaci preferiu dar aparte ao Sâmis, não cumpriu, quem pediu primeiro fui eu.

Gostaria de dizer a esta Presidência e deixar registrado nesta Casa de que a empresa IMPAR não está falida, nunca esteve falida, está apenas parada. E o Deputado Algaci Túlio demonstrou agora que está exatamente como o Secretário Cássio Taneguchi, sem saber o que está falando.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Certamente uma empresa com essa situação ou está falida, ou está em situação de falência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa expediente subscrito pelo Sr. Presidente da Associação de Vereadores do Médio Paranapanema, constante do expediente, solicitando apresentação de Projeto de Lei Complementar introduzindo alterações na Lei Complementar n° 56, de 18 de fevereiro de 1991 que dispõe sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. À Comissão Executiva para estudos.

Ofício n° 078/95, subscrito pelo Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente, justificando sua ausência na sessão plenária de hoje, em virtude de viagem a Boa Esperança do Iguaçu, onde participa da Conferência Municipal de Saúde. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento n° 2361, de autoria do Sr. Deputado João Techy Filho, com apoio do Sr. Deputado Luiz Accorsi, cons-

tante do expediente, solicitando que seja convidado o Sr. Diretor Geral do Hospital de Clínicas do Paraná para vir a esta Casa de Leis, para expor aos nobres parlamentares sobre a situação do referido Hospital e campanha "Amigos do H.C.". Ao Sr. 1º Secretário, para formular o convite.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Irondi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Renato Adur e Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Remy Borsatto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência com base no artigo 193 do Regimento Interno, solicita dos senhores líderes a indicação dos membros para a Comissão Especial de Reforma a Constituição em número de 5 para apreciar a proposta de emenda nº 14/95 de autoria do Bloco Parlamentar Municipalista.

Indicam os cinco membros o PMDB, PP, PDT, PFL e PTB, um de cada um.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 008/95 de autoria do Deputado Florisvaldo Fier que dispõe sobre a criação de Centros de Convivência de Mulheres, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA

Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 08/95

P A R E C E R:

A presente emenda modificativa corretiva ao Projeto de Lei nº 008/95, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, tem por objetivo melhorar a técnica legislativa e aprimorar o seu caráter constitucional.

Não encontramos no âmbito da Comissão

de Constituição e Justiça nada que possa obstar a tramitação do projeto e da emenda acima mencionada.

Assim sendo nosso parecer é pelo envio da proposição em tela para apreciação do Douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

Apoio: Carlos Simões, Nelson Justus, Luiz Claudio Romanelli, Geraldo Cartário, Rossoni, Basílio Zanusso, Toti Colaço, Dr. Rosinha, Eduardo Trevisan, Walmar Trentini e Antonio Annibelli.

**Aprovado o projeto, artigo por artigo.**  
Emenda - **Aprovada.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/95 de autoria do Deputado Cesar Selene que declara de Utilidade Pública o Centro Comunitário e Social Dorcas, do Município de Toledo. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 270/95 de autoria do Deputado Antonio Belinati que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Portadores da Síndrome de Down, de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/95 de autoria do Deputado Carlos Simões que estabelece normas de proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência, cria o Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.S.P.. (Publ. no D.A. nº 34 de 17.04.95).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 107/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões que estabelece normas de proteção e garantia das Pessoas Portadoras de Deficiência, cria o Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de Parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 107/95

P A R E C E R:



O projeto de lei em exame, de autoria do Nobre Senhor Deputado Carlos Simões, objetiva estabelecer normas de proteção e garantias para pessoas portadoras de deficiência, criando o Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente.

Procedida a análise da proposição, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa da iniciativa.

Nestas condições, esta Comissão de finanças dá seu parecer Favorável, opinando pela Aprovação do Plano de Lei em tela, sendo cumpridas as determinações contidas no Parágrafo 3º, do artigo 33, do Egrégio Regimento Interno desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MILTON PUPPIO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 107/95

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, tem por objetivo estabelecer normas de proteção e garantias para pessoas portadoras de deficiência, criando o Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente.

Já tendo recebido pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças, no âmbito desta Comissão de Saúde Pública ao se analisar a matéria só podemos louvar a iniciativa do nobre deputado, pois entendemos de grande importância para uma parcela da população tão necessitada de amparo dos órgãos governamentais.

Assim sendo nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.08.95.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões, do item 04 do Projeto de Lei n° 107/95 da presente sessão. -Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 107/95 por 10 (dez) sessões.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 123/95, de autoria do Deputado João Techy Filho, que autoriza o Poder Executivo a introduzir a disciplina de Técnicas Agrícolas e Meio Ambiente, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E. Aprovado. (Publ. no DA. n° 39, de 25.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 123/95

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado João Techy, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a introduzir a disciplina de Técnicas Agrícolas e Meio Ambiente.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que impeça a sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

EDUARDO TREVISAN

Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI N° 123/95

P A R E C E R

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado João Techy Filho, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a introduzir a disciplina de Técnicas Agrícolas e Meio Ambiente, nas escolas Estaduais.

A Comissão de Constituição e Justiça já deu o seu parecer favorável ao projeto e esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes ao analisar a matéria em tela, que por se tratar de um projeto autorizatório e que a decisão final será dada pelo Poder Executivo, entende por não obstar a tramitação da matéria.

Assim sendo, encaminhamos a presente proposição para apreciação do Plenário deste Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.05.95.

(aa) PÉRICLES MELLO

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento n° 2360, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2362, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2363, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2364, 2365 e 2366, de autoria do Senhor Deputado Emerson Neroni, constantes do expediente. Em Discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2368, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Prejudicado.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assembléia aprovou um requerimento na sessão de ontem já solicitando que o Tribunal encaminhe a Mensagem...

**Requerimento Prejudicado.**

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, qual o encaminhamento que foi dado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Prejudicado.

O SR. EMERSON NERONE Prejudicado, qual o motivo, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assembléia aprovou na Sessão de ontem um requerimento solicitando ao Tribunal de Justiça que encaminhe a Organização e Divisão Judiciárias do Estado, com toda urgência.

O SR. EMERSON NERONE - Esse requerimento será encaminhado para que seja enquadrado na Organização Judiciária do Estado.

Requerimento n° 2367, de autoria do Senhor Emerson Nerone, constante do expediente. **Encaminhe-se na Forma do Solicitado.**

Requerimento n° 2369, de autoria do Senhor Deputado Valmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2371, de autoria dos Senhores Deputados Élio Rusch e Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 2372, de autoria do Senho Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2374, 2375 e 2376, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2378, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, com apoio do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2377, de autoria dos

Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Péricles Pacheco, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ÂNGELO VANHONI - Gostaria de esclarecer ao Deputado Algaci Túlio, em que pese que Vossa Excelência obstruiu a aprovação do pedido de informação, transferindo a sua votação para amanhã, mas Vossa Excelência acho que agora terá um pouquinho de tempo, inclusive para rever as suas declarações, porque o próprio Governador do Estado do Paraná, enquanto Vossa Excelência estava aqui na Tribuna dizendo que nada disso existia, e que as informações da Imprensa são informações que não tem credibilidade, de que o Deputado Angelo Vanhoni estava não correspondendo com a veracidade dos fatos.

O Governador do Estado do Paraná acabou de dar uma declaração para a imprensa onde ele afirma que o Governo do Estado está fazendo estudos para socorrer a INPACEL.

Se Vossa Excelência pegar o seu celular e ligar para o Governador, Vossa Excelência terá as informações agora que já estão de posse da opinião pública do Estado do Paraná, perante os releases que foram encaminhados para a Imprensa.

Por isso o que é correto é que essa Assembléia se debruce sobre esta matéria e amanhã espero que Vossa Excelência aprove o Pedido de Informações.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Questão de Ordem) - Senhor Presidente. Em primeiro lugar não fui eu que obstrui, tanto que estamos votando todas sem quórum mesmo, esta Liderança está permitindo que a Sessão prossiga.

Quem pediu para discutir não foi o Líder do PDT, e não foi a Bancada de Apoio ao Governo do Estado. Vossa Excelência ouviu mal. Em segundo lugar o Governador tem por obrigação de ajudar as empresas.

Agora até dizer que vai tirar dinheiro do Tesouro do Estado para socorrer uma empresa, aí a coisa é diferente.

Eu poderia agora aqui me arvorar do Regimento Interno e dizer que não há quórum e a Sessão vai cair.

No entanto o Requerimento foi pedido para discutir não por essa Bancada, não sei quem foi que pediu.

Vossa Excelência está faltando com a verdade nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 2382 e 2383, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone,

Curitiba, quarta, em 23.08.95

constantes do expediente. **Aprovados.**

Requerimento n° 2380, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Cesar Silvestri e Nereu Moura, com apoio do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2384, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2389, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2386, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Encaminhe-se como Requerimento pessoal.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a Liderança do PMDB indica para compor a Comissão Especial de Reforma a Constituição, que tratará da discussão da inclusão do Transporte Escolar nas despesas com Educação, para essa Comissão Especial a Bancada do PMDB indica o Deputado Antonio Toti Colaço e com referência a notícia que o Deputado Vanhoni nos trás.

Eu pessoalmente fico satisfeito de saber que o Governador está se preocupando em resolver o problema de algumas empresas do Paraná dentre elas a INPACEL e esperamos que isso possa acontecer também com outras empresas, porque todos nós temos a obrigação de salvar as empresas do nosso Estado.

Evidentemente não com o dinheiro do ICMS.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A denúncia do Deputado Toti Colaço, será encaminhado ao Secretário como denúncia pessoal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 24, às dez horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 008/95.
- 2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 123/95.
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 301/95, 288/95, 265/95, 198/95, 164/95 e do Projeto de Lei Complementar n° 233/95.

Levanta-se a Sessão

#### Transcrição:

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO, NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS ÉLIO RUSCH E AUGUSTINHO ZUCCHI EM SESSÃO DO DIA 23 DE AGOSTO DE 1995**

**ACORDA PARANÁ**

REGINALDO DANIEL

A anunciada reforma tributária que soa tímida diante de tantas dificuldades por que passam os estados brasileiros, é vista com preocupação pelo Paraná.

Mesmo que o Ministro do Planejamento, José Serra declare que as perdas serão repostas, os paranaenses mantêm-se em linha de defesa, temendo os prejuízos que tem caracterizado a nossa história nos últimos anos.

O Governador Jaime Lerner já se manifestou com repúdio à forma como vem sendo tratada a tributação do ICMS. O Paraná tem demonstrado até hoje, apatia, descaso e desunião quando se trata de defender seus próprios interesses.

Aliás, tem feito o contrário com aventureiros que preocupados consigo mesmos ainda tentam dividir o território paranaense.

O prejuízo que sofremos com a Itaipu Binacional é incalculável. Alagamos uma vasta área de nosso território para construir a maior usina hidrelétrica do mundo, produzimos energia que cobre vários estados e quem ganha com isso é São Paulo.

O dinheiro que São Paulo arrecada via ICM gerado por Itaipu e que o Paraná deixa de arrecadar seria suficiente para construir centenas de casas em várias cidades todos os meses.

Estes valores poderiam servir para impulsionar a educação, a saúde e a segurança do Estado.

É hora de chamar outros estados que se encontram em situação semelhante e criar uma grande mobilização para buscar reverter o quadro.

Não esperem que o Ministro José Serra que agora pinta de bonzinho no Paraná, ou que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, se apiedem do nosso estado tirando a sobremesa da boca de São Paulo, só porque deixamos cair algumas lágrimas.

É preciso mobilização geral, até com a participação popular. Afinal é uma luta justa.

**ACORDA PARANÁ!!!**

Editorial do Dia 23 de agosto de 1995, no Jornal do Paraná, da Rádio Exclusiva- FM.